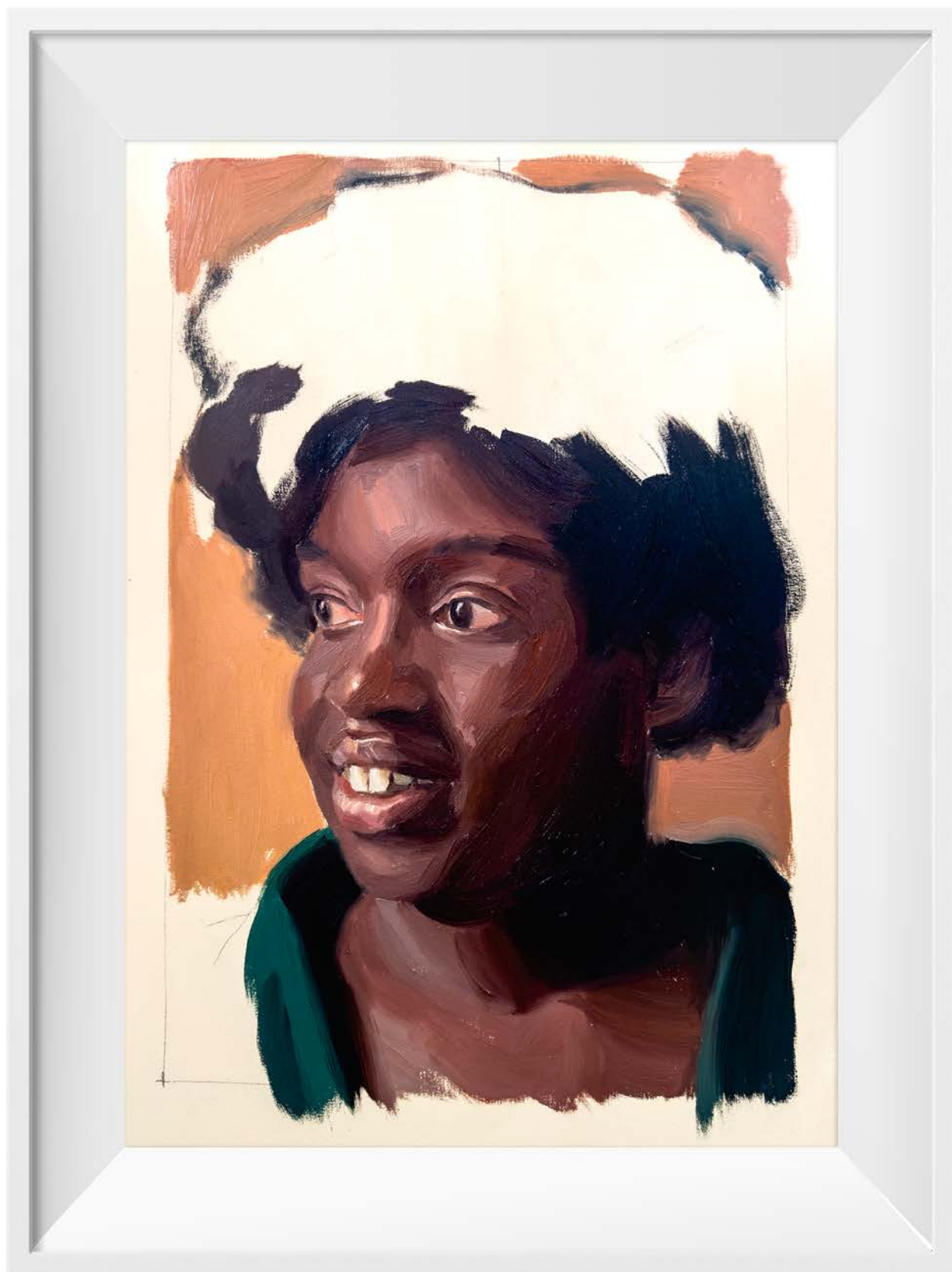


DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E





Consultoria fiscal e de gestão

Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH
Duas décadas a apoiar empresas



p/ 06 e 07.

Celebrando a Língua e a Cultura Portuguesa Globalmente. Por José Governo
Julho, o mês do reencontro. Por Cristina Passas, Presidente da AILD

p/ 12.

Grande Entrevista

Carlos Pereira, Diretor do LusoJornal

p/ 30.

Diplomacia Os três pilares básicos da ação diplomática
Por José Manuel Duarte de Jesus, embaixador jubilado

N E S T A E D I Ç Ã O

p/ 40.

Passagens A Praça-Forte Portuguesa de Ormuz
Por Joaquim Magalhães de Castro

p/ 44.

Artes & Artistas Lusos

Lídia Marques

p/ 50.

Ambiente A invisibilidade dos povos indígenas na luta climática global
Por Vítor Afonso



Obra de capa

Artista Plástico: Michael De Brito

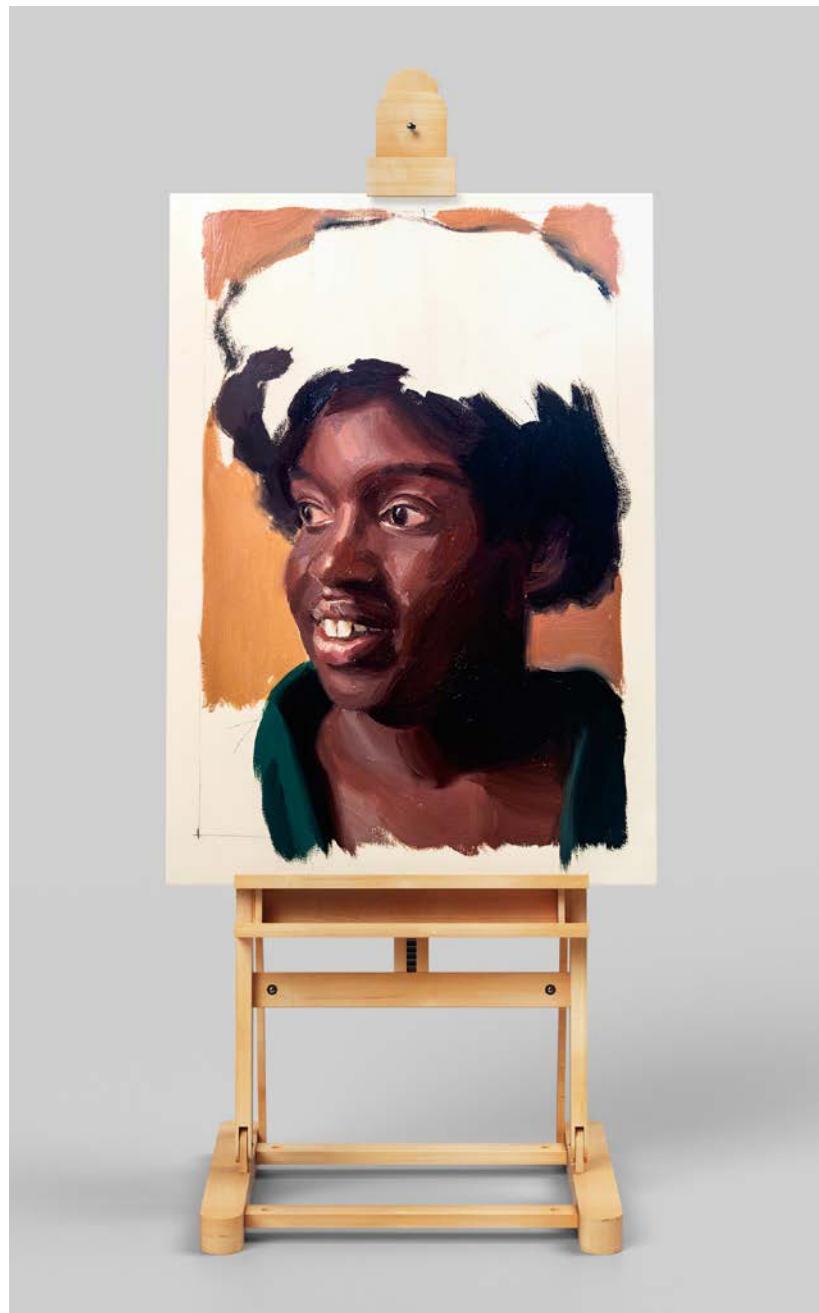
Dimensões: 40 x 30 cm

Técnica: Óleo sobre tela

Anna

*Toda a gente me pergunta
porque estou sempre a sorrir
porque os meus olhos brilham
como ónix da coroa de uma rainha
E eu apenas lhes lembro que
todos os dias
algo tenta matar-me
e falha
e por isso
estou grata
Por isso desejo “bom dia” a cada estranho
com sinceridade
Conto as pedras da calçada desde minha casa
até ao mercado
Colho os crisântemos e os cravos
e arrumo-os com cuidado na mesa da cozinha
com o sol a banhar-me o rosto
consigo ver o amanhã,
e eu lá, pronta e sorridente.*

Marina Carreira
escritora



obrasdecapa.pt

F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Monteiro, Carolina Cunha, Carolina Muralha, Cristina Passas, Diana Correia, Eduarda Oliveira, Joaquim Magalhães de Castro, João Vieira, José Governo, Madalena Pires de Lima, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Philippe Fernandes, Sarah Luz, Sara Nogueira, Vitor Afonso | **Revisão** Daniela Sousa | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: descendencias.pt T: 309 921 350 | **Publicidade** E: publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Letras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos anúncios nem pela

exatidão das características e propriedades dos produtos e/ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º n.º 2, i) e j), artigo 75º n.º 2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo** ERC 127522 | **Edição** 55, julho 2025 - GRATUITA.

Editorial

Caros Leitores

Que esplendorosa “Obra de Capa”! A Anna relembra-me a minha infância. Que saudades da minha Carolina, do abraço forte que me dava quando me ia embora e me dizia: “Filha, a saudade nunca acaba...”. Estarei sempre contigo! Celebramos a Língua e a Cultura Portuguesa de forma global e recebemos de braços abertos todos os portugueses emigrados por esse mundo fora. Marcamos viagem para o Douro, depois do nosso regresso de Paris, onde visitamos a Torre Eiffel na companhia do Diretor do LusoJornal — Carlos Pereira, nome incontornável quando se fala na relação entre jornalismo, identidade e presença portuguesa em França, é o nosso entrevistado deste mês. Rigorosamente a não perder! Descobrimos quais são os três pilares básicos da ação diplomática e damos a conhecer o trabalho do Conselho das Comunidades Portuguesas no Brasil. Viajamos no tempo e ficamos a saber que, onde hoje navegam petroleiros e cargueiros, outrora eram as caravelas portuguesas que dominavam Ormuz. Surpreendente! Trazemos um livro de compra obrigatória, “Os amigos do Largo” onde certamente muitas gerações se vão rever, e com ele a maravilhosa escritora Lídia Marques. Sabia que apenas 6% da população mundial, protege cerca de 80% da biodiversidade do planeta e são, em grande parte, responsáveis pela manutenção do equilíbrio

do planeta para a gerações futuras? E sabe quem são? “Sozinhos em Gaza” é um belíssimo poema da Sarah Luz dedicado a todas as crianças. Para ler e partilhar. Descobrimos pela única e talentosa escrita do António Manuel Monteiro que “Comer sem azeite é comer miudinho”. Tão importante quanto a prevenção, rastreio e tratamento precoce da nossa visão é a inclusão das pessoas com deficiência visual. Todos nós podemos sofrer essa incapacidade! Conhecemos melhor a história da nossa emigração para a Suíça, e percorremos a exposição dos 50 Anos de [In]dependência de São Tomé e Príncipe.

Fernando Resendes é um deslumbrante fotógrafo açoriano que nos mostra a todos, simplesmente, como é. Agradecemos o regresso do Francisco a Portugal, um talentoso Geocientista, que escolheu ficar rodeado pela natureza em Unhais-o-Velho. “Poesia é Cantar sem Música”, com Luís Vaz de Camões e Manuel Maria Barbosa du Bocage. Marco Neves, continua a sua explicação sobre se “as regras de português nascem nos livros” e se tem uma empresa (não importa o tamanho) fique a saber que se reforçar o Capital Próprio tem benefícios fiscais. Na praia ou no campo aproveite da melhor forma o seu telemóvel, tablet ou portátil e percorra a Descendências de uma ponta à outra. Acredite, vale mesmo a pena. Até agosto!



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

| E M D E S T A Q U E

Celebrando a Língua e a Cultura Portuguesa Globalmente

No Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, 10 de junho de 2025, a Associação Internacional dos Lusodescendentes (AILD) teve a honra de lançar duas iniciativas inovadoras dedicadas a valorizar e difundir a língua portuguesa em todo o mundo. Estes projetos reafirmam o compromisso da AILD em tornar a nossa cultura, tradição e língua cada vez mais vivas e universais. Os emigrantes, lusodescendentes e as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo são verdadeiros embaixadores de Portugal, e o trabalho extraordinário que desenvolvem no estrangeiro é fundamental para a projeção do nosso país. É com este espírito de reconhecimento e apoio que a AILD impulsiona estas novas iniciativas. A equipa da AILD e da Descendências Magazine aproveita esta data tão especial para Portugal e para as Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo para enviar um forte abraço e agradecer a todos por tudo quanto fazem por Portugal em cada recanto do mundo. O vosso trabalho e dedicação são inestimáveis para a divulgação da identidade portuguesa além-fronteiras. Um dos projetos lançados é a Academia de Língua Portuguesa “Língua Viva”, uma plataforma de ensino de português 100% online, acessível através de <https://falarportugues.pt/>. Esta plataforma foi criada para aproximar a língua portuguesa a um público global, oferecendo flexibilidade e acessibilidade para alunos em qualquer parte do mundo. Os cursos são adaptados a vários níveis, do A1 ao B2, e incluem também cursos temáticos especializados em Cultura Portuguesa, Hotelaria e Restauração, Literatura, Tradições e TVDE. Todos os cursos concluídos serão certificados, e existe um programa de bolsas onde empresas mecenas apadrinham alunos, permitindo o acesso a cursos gratuitos. Os candidatos interessados podem preencher um formulário para verificar a disponibilidade de vagas. A outra grande iniciativa é a expansão da Descendências Magazine, a revista de referência das Comunidades Portuguesas. Com a sua missão de conectar lusodescendentes globalmente e as

comunidades portuguesas em geral, a revista iniciará uma série de publicações impressas em países com representação diplomática portuguesa. Esta ideia partiu do diretor da revista, Jorge Vilela, com o objetivo de destacar personalidades ou instituições que se destacaram nos países com representação diplomática portuguesa. O projeto foi apresentado à nova Diretora do Instituto Diplomático (IDI), a Embaixadora Ana Paula Zacarias, que o acolheu e apoiou, reconhecendo o potencial da revista como um instrumento valioso para a ação diplomática. O Instituto Diplomático ficou incumbido de escolher os países a serem contemplados ainda em 2025, tendo sido selecionados o Brasil e os Estados Unidos da América. Relativamente ao Brasil, a disponibilidade do Embaixador de Portugal, Luís Faro Ramos, foi incansável e extraordinária na forma como acolheu o projeto. A data escolhida para o lançamento da revista impressa no Brasil, 10 de junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, não poderia ter sido melhor. O *feedback* tem sido excelente, com inúmeros elogios recebidos, estacando a qualidade da revista, os seus conteúdos e a imagem gráfica, sendo já considerada uma “revista de luxo”. O projeto foi apoiado pelas empresas EI – Assessoria Migratória, Casa Portuguesa e Cubo Engenharia & Construção. Houve também um importante apoio da TAP, que assegurou não só o transporte mas também a distribuição das revistas no lounge da TAP na Embaixada. Estamos certos de que este mesmo sucesso será replicado nos EUA, embora a data ainda não esteja definida, será oportunamente divulgada. Estas iniciativas representam um passo significativo nos esforços contínuos da AILD para preservar e promover a rica herança da língua e cultura portuguesas em todo o mundo. A superação destes desafios demonstra o esforço permanente da Associação Internacional dos Lusodescendentes (AILD) em conectar e apoiar os lusodescendentes globalmente, promovendo a cultura, a língua e as tradições portuguesas.



José Governo
Diretor Executivo da AILD

Chega julho... o mês tão ansiado, tão “sonhado” por cada um dos nossos compatriotas espalhados pelo mundo. Durante onze longos meses, a saudade cresce silenciosamente, alimentada pelas memórias, pelas chamadas em horários trocados, pelas fotografias que tentam colmatar a distância. Mas nada substitui o cheiro da terra, o calor do abraço, o sabor da nossa comida, a língua falada com o coração.

É nesse contexto de saudade e pertença que julho se torna mágico. Mês em que as malas se preparam com semanas de antecedência, carregadas de presentes e emoções. Mês em que regressar é mais do que voltar: é reviver, é reencontrar-se, é sentir que, mesmo longe, Portugal continua a pulsar dentro de cada um. Se é a primeira ou a segunda pátria, já nem se sabe muito bem. Porque o coração luso sabe amar em

duplicado. Mas, nesta dualidade de sentimentos, há uma certeza: julho é sempre aguardado com a ansiedade de um reencontro adiado.

Dos quatro cantos do mundo, milhares de lusodescendentes e emigrantes convergem em direção a Portugal como se uma força invisível, quase sobrenatural, os chamasse. Ao chegarem, trazem consigo alegria, orgulho, histórias, filhos e netos que vão conhecendo, pouco a pouco, as raízes que os sustentam.

As aldeias, vilas e cidades enchem-se de vida. As ruas ganham cor, os cafés voltam a ter os risos altos de conversas cruzadas. Os abraços sucedem-se – intensos, emocionados, genuínos. Os restaurantes fervilham de sotaques misturados com o aroma inconfundível da nossa gastronomia. O comércio local

| A I L D

O mês do reencontro

renasce com novo fôlego, e a economia recebe o impulso tão necessário. Tudo floresce.

E depois há os jantares de família. Aqueles encontros em torno da mesa farta, onde se ouvem gargalhadas, onde se recordam histórias antigas, onde os sabores tão aguardados fazem reviver a infância. O cheiro do pão quente, do bacalhau, do cabrito no forno, das sobremesas tradicionais que só a avó sabe fazer como ninguém. É à mesa que se reforçam laços, que se transmitem tradições e que se cultiva o amor pelas origens.

Mais do que números, são os sentimentos que verdadeiramente contam. Em cada sorriso está uma história de superação, em cada encontro uma pro-

messa de regresso, em cada lágrima o reflexo de um povo que nunca esquece as suas raízes.

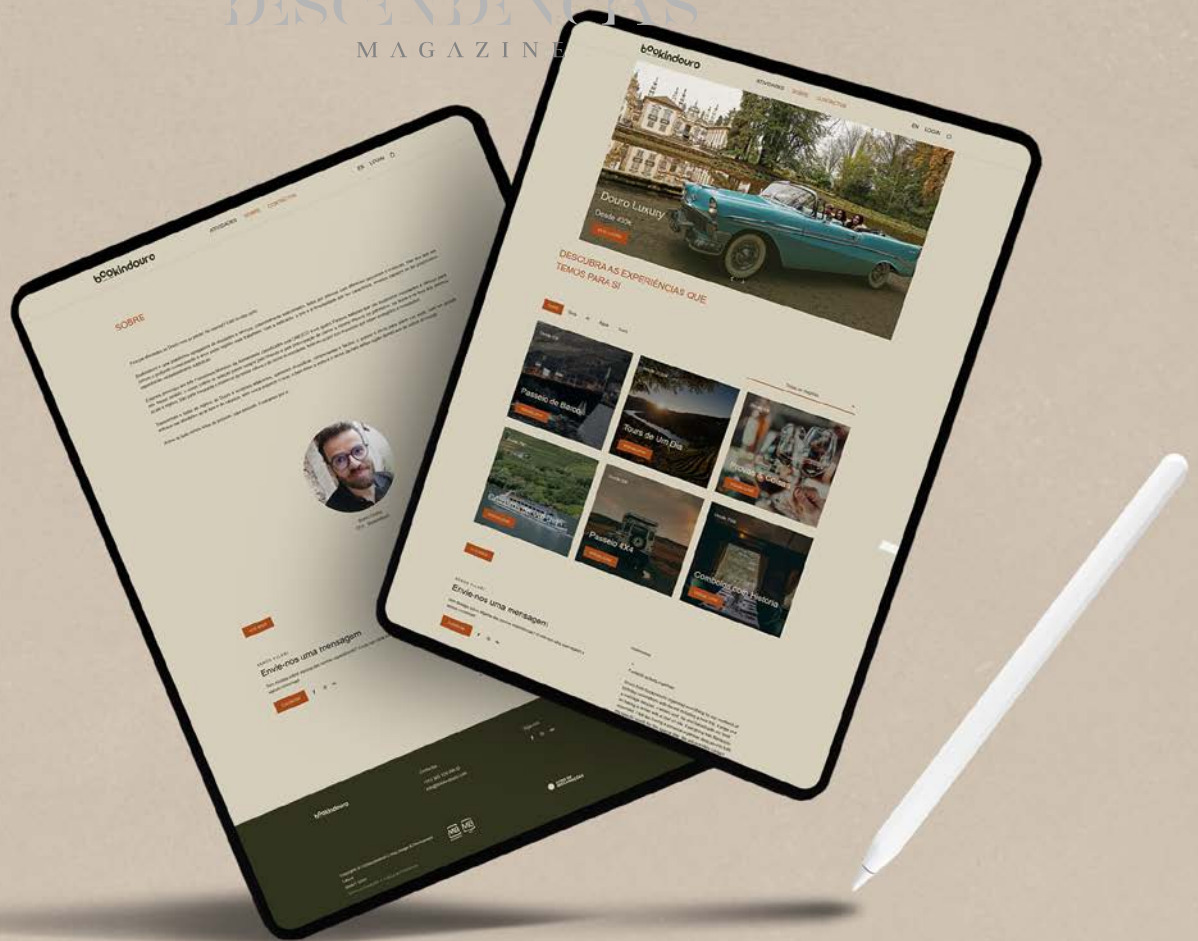
A AILD orgulha-se de representar os nossos lusodescendentes e todos os emigrantes incansáveis e afetivos. Temos orgulho em cada um dos que levam o nome de Portugal além-fronteiras e que, em julho, regressam como filhos pródigos – não para serem recebidos, mas para voltarem a casa.

Que este mês nos lembre da força dos laços que nos unem. Que celebremos juntos a Portugalidade, a cultura, a tradição, mas sobretudo, o amor que atravessa oceanos e fronteiras.

Sejam bem-vindos a casa. O verão só começa verdadeiramente quando vocês chegam. Com estima,



Cristina Passas
Presidente da AILD



EMPRESA ASSOCIADA

BookInDouro

Bruno Coelho, pode contar-nos um pouco sobre o seu percurso até chegar à liderança da BookInDouro?

O meu percurso profissional iniciou-se com a licenciatura em Economia. Assim que terminei o curso, comecei imediatamente a trabalhar em contabilidade no escritório do meu pai, mas desde cedo percebi que não seria um trabalho que me realizasse. Mantive-me por lá 3 anos, mas sempre com o pensamento em fazer algo diferente no futuro, até que surgiu a oportunidade de ir trabalhar para a Ritmos, uma empresa de produção de espetáculos na área da música. Mantive-me por lá 4 anos, mas estando na área financeira, que definitivamente fui percebendo que não era o caminho que queria seguir, fui maturando ao longo de muitos meses o projeto da Bookindouro, que viu a luz do dia durante a pandemia. A Bookindouro mantém-se ligada à Ritmos, fazendo o “accommodation” dos artistas em festivais como o Primavera Sound ou o Vodafone Paredes de Coura.

O que o motivou a enveredar pelo setor do turismo e, em particular, pela região do Douro?

Embora não tenha sido essa a minha formação base, sempre me interessei pelo setor do turismo e sobretudo pelo Douro, por ser a minha Região e embora seja suspeito, acho que têm uma beleza e um potencial inigualáveis. A ideia de juntar os dois foi quase uma inevitabilidade.

Como nasceu a BookInDouro e qual foi a visão inicial para o projeto?

A Bookindouro surgiu um pouco na senda da questão anterior. Ponderei fazer algo ligado à música, que é outra das minhas grandes paixões, no Douro, mas percebi que talvez fosse demasiado ambicioso e utópico fazer disso um modo de vida aqui. Voltando à Bookindouro, no fundo quis fazer algo diferenciado, uma plataforma exclusivamente dedica-



Bruno Coelho, Diretor Executivo da BookInDouro

da a toda a Região do Douro em Portugal, agregando oferta de experiências que não passassem apenas por aquelas mais comuns e óbvias, contribuindo para que as pessoas que nos visitam possam diversificar as atividades e experiências de que usufruem aqui, potenciando o aumento do período de estadia média, que é ainda hoje um dos problemas no turismo da Região.

Que tipo de experiências e serviços oferece atualmente a BookInDouro aos seus clientes?

Atualmente temos mais de 100 experiências espalhadas por toda a extensão do Douro em território nacional. Temos oferta desde Miranda do Douro até ao Porto/Gaia onde o rio desagua. São vários os naipes de atividades que temos, divi-

didados pelas categorias Terra, Ar e Água. Passeios de veleiro, passeios de balão ou *tours* 4x4, são algumas das muitas experiências que temos ao dispor dos nossos clientes.

Acredita que o turismo de natureza e experiências locais está a ganhar força face ao turismo tradicional?

Acredito sinceramente que sim. As pessoas procuram cada vez mais experiências que só se possam fazer num determinado local, e que tenham uma componente endógena significativa.

No que diz respeito à natureza, sobretudo depois da pandemia, criou-se uma necessidade acrescida do contacto com o meio natural e com o ar livre. O Douro tem a capacidade de oferecer natureza e muito mais.



A BookInDouro tem atraído turistas de vários pontos do mundo. Que mercados têm sido mais relevantes para a empresa?

O mercado norte-americano tem sido o mais significativo para nós. Talvez de forma surpreendente, trabalhamos também muito com o mercado português.

O que podemos esperar da BookInDouro nos próximos anos? Há planos de expansão ou novas experiências em desenvolvimento?

No que diz respeito às experiências, estamos sempre atentos a novas oportunidades, novos projetos e novas ideias. A nossa plataforma está em constante mutação quer adicionando novas experiências, quer por vezes retirando outras quer por falta de procura, quer sobretudo por percebermos que deixam de fazer sentido à medida que vamos redirecionando e afinando o rumo pelo qual queremos seguir.

A grande novidade dos próximos meses será a evolução deste projeto para agência de viagens e com isto termos além das experiências, alguns dos alojamentos mais exclusivos e alguns dos segredos mais bem guardados da Região no que diz respeito a hotelaria, com possibilidade de pré-reserva no nosso *website*.

Que conselho daria a jovens empreendedores que pretendem investir no turismo em Portugal?

Diria que devem tentar perceber o mercado e as sensibilidades de cada Região, e enveredar por uma atividade com potencial de crescimento e que de alguma forma se diferencie dos demais.

Sem dúvida que o Turismo tem uma importância muito grande no nosso país e portanto, há sempre algo mais que se pode fazer e há muita margem para acrescentar projetos novos e diferenciados nas diversas regiões do país, mesmo naquelas que já têm aparentemente muita oferta.



Como sente a Portugalidade? É um tema presente na sua empresa?

É algo que procuramos passar às pessoas na nossa comunicação. É o nosso cartão de cidadão enquanto nação e algo de que nos devemos orgulhar e preservar, respeitando e percebendo sempre as diferenças de e a para qualquer povo ou nação. A Portugalidade é muito isto também, empatia para com quem pelos mais diversos motivos, é “diferente” de nós.

A AILD está a criar uma rede internacional de pessoas que se vão poder interligar e colaborar entre si. Como vê este projeto e quais as vossas expectativas?

Parece-me uma excelente ideia. Muitas vezes a falta de pontos de contacto e de plataformas orgânicas que ponham as

pessoas e as empresas a falar entre si, é um problema e um desperdício de oportunidades. Voltando à Portugalidade, “a falar é que a gente se entende”.

Tendo em consideração que esta entrevista será lida por muitos empresários espalhados por todo o mundo, que palavras deixaria sobre a AILD relativamente a esta plataforma global?

Penso que é uma Associação com um excelente propósito, e que pode ser muito útil sob vários pontos de vistas, ao aproximar pessoas e empresas que têm muito em comum, a começar pela língua, mas acima de tudo pela alma lusa e pelos traços culturais que nos unem e nos definem. Unirmos esforços e sinergias, pode e deve ser o caminho a seguir.



João Vieira

Diretor Geral AILD - Negócios & Empresas

DESCENDÊNCIAS
MAGAZINE

GRANDE ENTREVISTA

CARLOS PEREIRA

DIRETOR DO LUSOJORNAL

Nome incontornável quando se fala na relação entre jornalismo, identidade e presença portuguesa em França. Fundador e diretor do LusoJornal, é hoje uma das vozes mais comprometidas com a preservação da memória e com a afirmação contemporânea da comunidade luso-francesa. Com um percurso marcado por décadas de envolvimento cívico, associativo e mediático, Carlos Pereira acaba de lançar a série documental “O extraordinário percurso da comunidade portuguesa em França”, exibida na RTPi. Um projeto ambicioso que percorre décadas de história, dá voz aos protagonistas anónimos e visíveis da emigração portuguesa e propõe, mais do que um registo factual, uma homenagem profunda a um coletivo tantas vezes invisibilizado. Nesta grande entrevista, falamos com o jornalista, o cidadão e o narrador que se recusa a deixar cair no esquecimento o que é, afinal, uma das páginas mais notáveis da história portuguesa recente.



© António Borge

Há uma particularidade no seu percurso que salta à vista desde o primeiro contacto: é diretor de um jornal, profundamente envolvido na informação e nas causas da comunidade portuguesa em França, mas não é jornalista de formação. Pode contar-nos como se deu essa viragem para o jornalismo e o que o levou a investir tanto nesta missão de dar voz à comunidade luso-francesa?

Na verdade, não há qualquer viragem. Eu licenciiei-me em física, mas desde muito novo que me apaixonei pela comunicação. Com 16 ou 17 anos, criei um jornal na minha aldeia, em Trás-os-Montes, que escrevia com uma velha máquina de escrever do meu pai, recortava, colava, depois foto-

copiava e distribuía gratuitamente pela aldeia. Se virmos bem, estava ali o embrião do LusoJornal! Tinha informação local e distribuição gratuita.

Quando cheguei a França, descobri o universo das rádios portuguesas (na altura havia três rádios portuguesas na região de Paris) e uns anos mais tarde, quando fazia, com um grupo de amigos, o magazine “O Atrevido”, numa associação portuguesa, fomos convidados para fazer programas de rádio. Durante alguns anos fiz programas na rádio Portugal FM.

Depois de ter criado o LusoJornal, achei que o projeto podia estar relacionado com rádio e com televisão. Comecei a trabalhar para a RTP há 20 anos, num Telejornal da RTP Internacional, chamado RTPi Notícias. Depois trabalhei para





os programas Europa Contacto e França Contacto e atualmente para a Hora dos Portugueses.

Pelo meio fiz várias ações de formação, mais pontuais, duas ou três em Portugal e as outras em França. E continuo a interessar-me muito por comunicação e a ler muito sobre comunicação.

Ao longo dos anos, tornou-se uma das vozes mais atentas e consistentes na paisagem da lusofonia em França. O seu envolvimento com a comunidade portuguesa em França vai muito além da informação: nota-se uma dedicação que parece misturar cidadania, afeto e consciência histórica. Acha que essa ligação é fruto do seu próprio percurso migrante ou de uma inquietação mais ampla com o modo como Portugal se relaciona com os seus emigrantes?

Quando eu cheguei a França, em 1984, não conhecia quase nada das Comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro. Tinha os mesmos preconceitos que ainda hoje os Portugueses que moram em Portugal, têm, de uma maneira geral.

Eu trouxe de Portugal uma experiência de cidadania interventiva, precisamente na aldeia do conselho de Murça, onde passei a minha juventude. Não é de estranhar que pouco tempo depois de ter chegado a Paris já estava a coordenar um grupo de teatro, assumi funções de Tesoureiro e de Vice-Presidente de uma associação, coordenei o tal magazine “O Atrevido” e passei a fazer rádio, ciclos de conferências, eu sei lá...

Quando acabei o meu curso, a vida fez com que integrei a Coordenação das Comunidades Portuguesas de França (CCPF), uma federação de associações portuguesas. Aprendi muito nesta associação. Foi uma excelente escola de formação para mim e nunca cessarei de reconhecer o papel daqueles que me rodearam naquela altura. Fiquei 10 anos nesta estrutura, onde entrei como Animador sociocultural e depois passei a ser Diretor de projetos. O Festival de teatro português em França ficará para mim, como o projeto mais ambicioso que organizei na CCPF e aquele que teve mais visibilidade na Comunidade.

Conheci a França toda com a CCPF e criei amigos com quem ainda hoje estou em contacto. E foi com a CCPF que fui candidato, pela primeira vez, ao

Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP). Nesta estrutura voltei a ser candidato uma segunda vez, e acabei por ser eleito pelos meus colegas Vice-Presidente e depois Presidente do Conselho Permanente. Foi uma grande honra e foi, mais uma vez, uma grande escola da democracia.

Profissionalmente ainda passei uns anos pela Marconi France, do grupo Portugal Telecom, onde fui Diretor de Marketing e Vendas e mais tarde dei algumas aulas enquanto professor convidado na Sorbonne Nouvelle e em algumas outras universidades.

Isto tudo para dizer que a minha implicação cívica está inteiramente relacionada com o meu percurso pessoal, mas também me enervo muito pela forma como Portugal trata os seus emigrantes.

Costuma dizer-se que os órgãos de comunicação social das comunidades portuguesas são os verdadeiros arquivos da memória coletiva dos emigrantes. O LusoJornal tem sido, sem dúvida, um desses arquivos, que se tem distinguido como um projeto editorial consistente, digital e resiliente, com uma atenção permanente ao quotidiano da comunidade portuguesa em França. Como tem sido gerir este projeto e como lida com essa responsabilidade histórica e identitária?

Na verdade, o LusoJornal é um “ovo de Colombo”. Eu não inventei nada, apenas sabia que era possível fazer jornalismo nas Comunidades. Não é a invenção do século, é uma evidência. Só que os jornais que existiram na época, e houve muitos, nenhum era semanário, eram mensais. Ora, com um jornal mensal não se dá notícia. No melhor dos casos, comenta-se notícia.

Ao cobrir, durante 20 anos, os eventos da Comunidade portuguesa de França, sinceramente, não vejo mais nenhum sítio que conte a história contemporânea desta Comunidade a não ser no LusoJornal.

Para além de fazermos serviço público a criar laços na Comunidade, também preservamos esta história. Devo confessar que isto não interessa minimamente os sucessivos Governos portugueses. Ainda recentemente foram divulgados os apoios do Governo para os órgãos de comunicação social portugueses no estrangeiro e apenas 3 órgãos foram



© António Borga

apoiados (um deles é o LusoJornal). Mas se lermos os projetos apoiados, Portugal apoia um jornal para fazer uma Gala ou para fazer um Congresso das associações. Sem papas na língua, isto é apoiar os órgãos de comunicação social?

Apesar de serem uma parte fundamental para as comunidades portuguesas, muitos órgãos de comunicação social ligados à emigração acabaram por desaparecer, sobretudo os que tinham base impressa, fruto da escassez de recursos e da crescente competição por atenção nas redes sociais. Em contrapartida, o LusoJornal soube adaptar-se ao digital. Como vê o futuro do jornalismo luso-francês: será exclusivamente online ou ainda há espaço para outras linguagens — rádio, vídeo, até talvez o regresso à imprensa em papel?

Quando o LusoJornal nasceu, toda a gente nos dizia que íamos acabar depressa. Diziam-nos que não havia notícias suficientes para alimentar um semanário, diziam-nos que

um jornal gratuito não podia ter qualidade, diziam-nos que os Portugueses não liam e que não havia clientes para comprar publicidade.

Eu respondia que uma Comunidade com um milhão e meio de Portugueses tinha de ter notícia (e agora, que somos um diário, continuo a achá-lo). Eu dizia que nós não pagamos as rádios que ouvimos no carro, mas não pomos em causa a qualidade dos seus jornalistas, por que raio teria de ser diferente na imprensa escrita? Eu recusava-me a acreditar que os Portugueses eram mais “totós” do que os outros e não liam porque não tinham jornais para ler. Onde talvez tenha de lhes dar razão, é sobre a publicidade. A Comunidade portuguesa não compra publicidade para ajudar um órgão de comunicação comunitário e, apesar das tais mais de 50 mil empresas portuguesas de França, aquelas que comprem publicidade quase que se contam pelos dedos de uma mão.

Para responder à pergunta: a Comunidade portuguesa de França não é diferente do resto da população e por isso, nos



© António Borge

nossos tempos, os hábitos de leitura da informação são essencialmente digitais. Não há volta a dar-lhe. E eu percebi isso logo desde a criação do LusoJornal porque desde o início, tínhamos o jornal disponível online.

O que não impede que haja suportes impressos, mas não é para dar informação, é para complementar, desenvolver, explicar... Acredito que os magazines ainda têm alguns anos pela frente!

Pessoalmente, acredito que em França, as rádios Portuguesas têm urgentemente de desenvolver um trabalho de digitalização se quiserem ser rádios por muito mais tempo. Fazer rádio hoje como se fazia há 30 anos atrás, é um risco bastante grande, mas esta é apenas a minha opinião!

O título da série que está a lançar — “O extraordinário percurso da comunidade portuguesa em França” — propõe desde logo uma leitura afirmativa e quase épica de um fenómeno migratório complexo e multifacetado. Que urgência, responsabilidade ou inquietação o levou a querer

contar esta história agora, neste tempo, e com este enfoque tão marcado na valorização do legado português em solo francês?

Como eu disse, eu admiro muito a Comunidade portuguesa de França. É um exemplo único. A maior parte dos Portugueses que veio para França nos anos 60, eram analfabetos, e no melhor dos casos, eram iletrados. Chegaram aqui sem conhecer a língua nem o país. A maior parte veio viver para bairros de lata.

Hoje, estou a mostrar que os filhos destes, são Deputados, Presidentes de Câmara, empresários, dirigentes associativos, estão no meio cultural, desportivo... se isto não é um percurso extraordinário, então o que é?

Chegou o momento de contar esta história. Mas não há livros nem documentários que a contem, isto tem de ser feito aos poucos, com vários livros, escritos por várias pessoas, com filmes, documentários ou de ficção, realizados por vários realizadores.



© António Borga

Eu dei, a minha empresa de produção audiovisual, a Aniki Media Productions, este contributo com esta série de 8 documentários de 52 minutos cada um, para a RTP, mas espero que muitos mais documentários possam ser feitos, não apenas por mim, mas por muitos mais realizadores, para outros canais de televisão.

A série que apresenta assume um duplo desafio: por um lado, registar e narrar uma história coletiva que está ainda em movimento, e por outro, contribuir para a construção de uma identidade partilhada entre portugueses e lusodescendentes num território que nem sempre reconhece essa

presença com a dignidade que merece. Como é que equilibrou o rigor histórico com a emoção do testemunho pessoal e a necessidade de criar uma narrativa que pudesse também ser pedagógica para as gerações mais jovens?

Eu conto histórias, e, para isso, escolho personagens, escolho pessoas que, com os seus testemunhos, contam histórias. Com estas histórias individuais, eu estou a contar, claro, elementos de uma história coletiva. Mas eu não sou historiador, nem esta série tem esta pretensão.

Até no episódio sobre a contribuição dos Judeus portugueses do século 16 para o desenvolvimento da França. Eu tenho de



© António Borge

dar elementos históricos, claro – e para isso recorro a historiadores – mas interessa-me muito mostrar o que temos hoje, o que nos fica hoje dessa história. O mesmo acontece com a participação dos Portugueses na Resistência francesa durante a II Guerra mundial. Eu sempre ouvi dizer que Portugal foi um país neutro e não há nada mais a dizer. Ora eu entrevistei familiares de Portugueses que foram fuzilados, entrevistei familiares de Portugueses que foram deportados para campos de trabalho e por ali morreram... Eu não conhecia esta história ainda há meia dúzia de anos. Mas temos de a contar. Mas, eu não diria que a França não reconhece “com a dignidade que merece” esta presença portuguesa em França. Não digo porque foi a França que deu tudo a esta gente. A mim também. Eu nunca me posso esquecer que vim para França porque não consegui ingressar numa universidade portuguesa e ingressei numa universidade francesa. E, da mesma forma, todos os testemunhos que eu tenho ouvido, são precisamente de um reconhecimento enorme à França por ter dado aos Portugueses aquilo que Portugal não deu. Sejam claros, foi assim. Foi a França que permitiu que o percurso dos Portugueses fosse, efetivamente, extraordinário. Portugal é que ainda não percebeu o quão extraordinário foi este percurso e não percebeu que, desconhecendo e ignorando as Comunidades, está a perder muito.

Durante anos, o discurso oficial em Portugal retratava os emigrantes com paternalismo ou em tom de saudade. Mais recentemente, passou a vê-los como investidores, empreendedores ou fontes de remessas. Acha que esta série pode ajudar a recentrar o olhar sobre os portugueses em França, não apenas como recurso económico, mas como comunidade cultural, histórica e política com identidade própria?

Quem me dera que fosse assim. Mas não acredito nos meus poderes de super-homem. Esta série é apenas um contributo para que as coisas mudem, mas não chega, tem de haver mais séries, em mais canais.

Eu também não gosto de discursos paternalistas. E se há coisas que eu não suporto mesmo, é de ver gente a dizer “os nossos emigrantes”.

Permita-me também uma nota particular: se é verdade que o percurso da Comunidade portuguesa de França é extraordinário, também é verdade que nem todos os casos são de sucesso. Numa comunidade com cerca de 1,5 milhões de pessoas, é natural que haja gente que tivesse encontrado problemas de integração, de socialização, problemas económicos por vezes graves. Nos últimos tempos têm surgido, aliás, associações de solidariedade que têm vindo ao encontro destas pessoas para as ajudar.



© António Borge

Falar da comunidade portuguesa em França é também falar de pertenças múltiplas, de identidades compostas, de afetos partilhados entre países. Sente que esta série contribui para reforçar essa ideia de que não é preciso escolher entre Portugal e França, entre passado e presente, entre memória e futuro?

Mostro claramente que é possível ser-se francês e português ao mesmo tempo, que é possível amar um e o outro país, que é possível fazer política em Portugal e em França, ter negócios em Portugal e em França, ser músico, pintor, desportista, em Portugal e em França. Se virmos bem as coisas, isto é a continuação da nossa

história. Os Portugueses quando vieram para cá, saltaram fronteiras (por vezes pondo a sua própria vida em perigo) e têm passado vidas inteiras neste vai-vem incessante entre os dois países.

Esta dupla identidade cultural não tem sido, de todo, um problema. Pelo contrário, tem sido motivo de orgulho.

Há algo de profundamente simbólico no facto de ser um jornalista sediado em França — e profundamente enraizado na comunidade luso-francesa — a assumir, em nome próprio, a tarefa de narrar com rigor e profundidade a história da maior comunidade portuguesa fora de Portugal. Como vê o papel do jornalismo de proximidade, exercido



© António Borge

a partir do interior das próprias comunidades emigrantes, na reconstrução da memória coletiva e na valorização das trajetórias migrantes? Sente que há um dever acrescido quando se fala “desde dentro” da comunidade?

Claro. Mas isto não se passa apenas nas Comunidades. Um jornalista de Vila Real falará mais rigorosamente de Vila Real do que um jornalista de Lisboa que vá fazer uma entrevista a Vila Real. Claro que o rigor jornalístico não deve ser posto em causa nem num nem no outro caso, mas quem está aqui sabe muito melhor por onde pegar numa notícia.

Quantas vezes há jornais em Portugal que enviam os seus jornalistas para reportagens em França e depois, quan-

do cá chegam, telefonam-nos a pedir dicas e pistas. Seria bem mais fácil recorrer a jornalistas de cá, não é? Fica aqui esta dica!

Como imagina a continuidade deste projeto? A série pode dar origem a uma segunda temporada, um livro, uma exposição, um acervo digital? Está nos seus planos expandir este trabalho documental a outras geografias com forte presença portuguesa?

A série já tem dado, e ainda há de dar mais, artigos no LusoJornal. Tenho entrevistas de meia hora ou até mais, e no documentário utilizo apenas alguns 5 ou 6 minutos. Por isso tenho muito material que estamos a utilizar, pouco a



© António Borge

pouco, no LusoJornal. Estávamos à espera que a série comesse a sair, para publicar algumas dessas entrevistas. Eu considero que há matéria para mais séries, claro. Mas sei que são projetos caros. Vamos ver se conseguimos engenho e arte para encontrar formas de os cofinanciar. Um livro? Porque não? Uma série para rádio? Porque não? Eu não considero ser a pessoa mais certa para fazer séries

como esta noutros quadrantes geográficos, mas noutros países da Europa, sim. Porque não? Sempre gostei de novos desafios.

Se tivesse de condensar a experiência da comunidade portuguesa em França numa única palavra — ou imagem — que surgisse ao longo da série, qual escolheria? E porquê?



© António Borga

A palavra “Extraordinária” resume tudo. Mas o episódio sobre os judeus enriqueceu-me muito culturalmente. Quando cheguei a uma aldeia, a alguns quilómetros de Bayonne, no sul da França, para entrevistar o senhor Léon, ele saiu de casa, veio receber-me ao portão e perguntou-me se podia abraçar “um irmão português”. Logo ali, emocionei-me. Depois perguntei-lhe se ele se sentia português. Respondeu-me afirmativamente e sem hesitação: -Eu sou português! Afinal a família dele veio para França, fugidos da Inquisição portuguesa, há 9 gerações! E ele nunca tinha ido a Portugal. Mostrou-me a Tora que a família trouxe, fabricada em Lisboa no século 15.

Nove gerações depois, este senhor continua a dizer que é português. Passei uma tarde inteira com este irmão português e foi um dos momentos mais marcantes desta série, que infelizmente não se traduz por imagens, mas foi um momento que vivi com grande intensidade.

Neste projeto, sente que está a fechar um ciclo pessoal e profissional, ou pelo contrário, a abrir caminho para uma nova etapa da sua intervenção cultural e jornalística no espaço luso-francês?

Eu estou sempre a abrir novos ciclos profissionais... (risos).

Vivemos um tempo de mudanças na emigração portuguesa: há menos permanência e mais circularidade, menos operariado e mais quadros qualificados. Acha que a comunidade portuguesa em França vai manter o seu peso histórico e simbólico nos próximos 20 anos, ou vai diluir-se num novo tipo de mobilidade mais volátil?

Permita-me que discorde. Sim, há mais gente a vir, ficar por cá uns anos e depois regressar ou ir para outros países. Mas o número de Portugueses que mora aqui é enorme – cerca de 1,5 milhões – estes que chegam agora são uma gota de água neste oceano.

Eu também ouço falar muito de uma emigração de jovens qualificados que saem de Portugal. É pena que não ouço falar nos jovens lusodescendentes qualificados que vivem nas Comunidades.

Visto de Portugal, dá a impressão de que os jovens qualificados vêm para França, onde está uma Comunidade de operários. Desengane-se quem assim pensar. Há bem mais jovens lusodescendentes diplomados em França do que os que saem agora de Portugal.

O peso da Comunidade portuguesa é enorme. E não é só de agora, já vem do século 16. Veja o tal episódio sobre os Judeus e verá. E tem vindo a ser reforçada todos os anos. Está para durar.

Eu não quero estabelecer o “hit parade” de quem é mais numeroso ou de quem é mais importante. Não é isso que eu quero dizer. Quero apenas chamar a atenção para o facto dos meus colegas jornalistas portugueses falem apenas do que sabem, e por isso falam dos que hoje deixam o país. Mas desconhecem completamente aqueles que já cá moram há muitos anos ou que já cá nasceram. E como não os conhecem, fica um grande apagão!

França vive um momento politicamente conturbado, com a extrema-direita a ganhar terreno e um discurso identitário cada vez mais agressivo no espaço público. Mesmo sendo vista como uma comunidade bem integrada, a presença portuguesa não deixa de ser estrangeira aos olhos de certas narrativas nacionalistas. Que leitura faz deste contexto político atual? Sente que há riscos reais para a coesão social das comunidades migrantes em França, incluindo a portuguesa, ou acredita que a comunidade luso-francesa continua a ser vista como um caso à parte, protegido dessa radicalização?

França está a viver exatamente a mesma situação que vivem os demais países europeus, incluindo Portugal. E os Portugueses de França não vivem num mundo à parte. Por isso têm comportamentos eleitorais idênticos aos que se passam em Portugal, em França e nos demais países. Não há que estranhar.

Em Portugal, a Extrema Direita está a crescer, como cresce em França, na Alemanha, nos outros países europeus, porque devemos estranhar que os Portugueses de França seguem as mesmas tendências.

Pessoalmente, nunca senti a necessidade de bater à porta de um Partido Político e passar a ser militante ativo. Mas apelo para que haja mais militantes ativos nos Partidos portugueses em França. É importante para mudarmos as mentalidades em Portugal. Como os políticos não vêm dos documentários... temos de chegar a eles de outra forma.

Durante décadas, o movimento associativo desempenhou um papel central na coesão social da comunidade portuguesa em França, servindo de ponte entre gerações, territórios e identidades. Foi motor de integração, espaço de resistência cultural e laboratório de cidadania ativa. No en-





© António Borge

tanto, o contexto atual é bastante diferente. Como analisa hoje o estado do associativismo português em França? Está em crise, em renovação ou simplesmente a adaptar-se a novos tempos e a novos públicos?

Claro que a socialização das sociedades nos anos 60 e 70 não é a mesma no século 21. Isto que eu estou a dizer é uma banalidade, mas é verdade que as práticas associativas dos Portugueses, dos Franceses ou dos Chineses, não é a mesma. As associações da Comunidade portuguesa de França vão seguindo esta mesma transformação. Na altura as pessoas recriavam, nas associações, o terreiro que tinham deixado nas aldeias de onde tinham partido. Hoje têm esse terreiro no bolso, num telemóvel.

Então, é natural que muitas associações vão continuar a desaparecer e que as atividades associativas se adaptem às sociedades atuais. Não é nada de estranhar. É até muito natural. Até nem sei como muitas associações duraram até hoje, é sinal de grande persistência dos seus dirigentes, mas a lei da vida é assim mesmo...

Uma das grandes interrogações da comunidade portuguesa em França tem sido a da transmissão: como passar a língua, os afetos, a cultura, a ligação a Portugal aos filhos e netos que já nasceram em solo francês? Na sua leitura, como tem evoluído essa relação intergeracional? Sente que há um novo tipo de pertença em construção, mais fluida, menos presa ao território mas ainda profundamente portuguesa?



© António Borge

Há duas coisas muito diferentes. A pertença a Portugal é evidente. Mesmo nas jovens gerações, vestem com orgulho a camisola da Seleção, dizem que têm origens portuguesas. Este é um sentimento crescente de uma Comunidade que eu considero “descomplexada”.

A outra coisa é o ensino da língua. Portugal não consegue resolver este problema. Pelo contrário, o caso agrava-se de ano para ano. Então, o mais fácil é responsabilizar os pais, dizer que deviam ser eles a ensinar português aos filhos.

O número crescente de casais mistos, o facto dos pais já não falarem bem português e das crianças saírem de manhã de casa e entrarem à noite vivendo todo o dia num ambiente francês, não ajuda a resolver o problema.

Mas, contrariamente a uma ideia errada, a nacionalidade não

está relacionada com a língua. Até porque há muita gente a falar português e não tem nacionalidade portuguesa. Por isso, eu encho-me de orgulho quando vejo jovens que não falam português a defender, com garra, Portugal. Isto é bonito, não é?

Num dos documentários, sobre empresários, abordo uma questão interessante que é a da transmissão das empresas dos pais para os filhos. É uma passagem muito interessante.

Olhando para trás e para tudo o que construiu com o Luso-Jornal, com os seus projetos culturais e agora com esta série documental, sente que a sua missão está a ser cumprida? E o que ainda sonha fazer, enquanto narrador atento da história que os outros raramente se dispõem a contar?



© António Borga

Eu não me atribuo nenhuma missão em particular, até porque faço coisas porque gosto, porque me sinto bem e porque me divertem.

Além do jornalismo eu sou Presidente da SEDES Europa, uma delegação da associação cívica portuguesa SEDES. Sou também Presidente de um Comité de Geminação na cidade onde moro, fui Presidente-fundador e agora sou Vice-Presidente da Plataforma dos Órgãos de Comunicação Social Portugueses no Estrangeiro, sou membro do Conselho consultivo do Consulado Geral de Portugal em Paris, e até sou membro do Conselho de Administração de um colégio público na região de Paris... Nenhuma destas funções é remunerada, claro... digo apenas isto para dizer que eu entendo que cada Mulher e cada Homem devem ser interventivos na sociedade. Não é

uma missão, é um dever. E por isso, espero continuar ativo por muito mais tempo. Seria um sinal de que a saúde me permite continuar.

Sonhos, tenho alguns, mas na verdade, na minha vida atingi sobretudo sonhos que nunca tive... e isso é ainda é mais bonito do que ter sonhos por realizar.

Por fim, se pudesse deixar uma mensagem ao Carlos Pereira de há 20 anos, aquele que estava a começar a dedicar-se à causa da comunicação em França, o que lhe diria hoje, com tudo o que aprendeu e viveu neste percurso?

É assim mesmo pá! A inconsciência faz parte do sonho. E sonhador como és, vou orgulhar-me de ti daqui por 20 anos!



© depositphotos

DIPLOMACIA

Os três pilares básicos da ação diplomática

A diplomacia é o instrumento privilegiado para concretizar pacificamente a política externa de um Estado ou de uma Comunidade de Estados. Posto esta afirmação de princípio, devemos adiantar que não há política externa digna desse nome se não existir previamente uma estratégia nacional. Essa estratégia deve ser suficientemente globalizante para permitir definir consistentemente uma diplomacia nos diferentes setores que integram uma política externa, isto é, no setor político, setor económico e financeiro e no setor cultural.

Tendo em consideração estes aspetos prévios, poderíamos dizer que a diplomacia no mundo global em que vivemos é

cada vez mais uma atividade profissional e técnica e não se compadece com qualquer forma de amadorismo. Os avanços tecnológicos do mundo, designadamente o que hoje poderíamos chamar o mundo digital, não constituem uma dificuldade ou barreira às práticas diplomáticas, bem pelo contrário. O mundo sempre avançou através de saltos tecnológicos e o homem não tem mais do que acompanhar e adaptar-se a eles, não transformando os grandes objetivos da diplomacia, que continuam a ser a resolução de conflitos por meios pacíficos – mas somente transformando as metodologias em função dos novos instrumentos que os avanços tecnológicos

põem à sua disposição. Estas circunstâncias dão igualmente uma maior exigência a quem deve definir a estratégia nacional em que a diplomacia se vai basear.

Não nos vamos aqui debruçar sobre a ausência de paradigma mundial que constitui o acontecer político no mundo dos nossos dias, especialmente quando olhamos para as crises, que se multiplicam em várias áreas geográficas e que cada vez são de maior dificuldade de previsão, com diversos atores entre os quais os Estados Unidos, a China, alguns países do Médio Oriente, etc. Mas não podemos esquecer quanto mais difícil é, nestas circunstâncias, definir uma estratégia para uma política externa consistente a médio e longo prazo e, conseqüentemente, uma diplomacia consentânea com este quadro. Dadas estas circunstâncias, importante é ter presente quais são os três pilares básicos da diplomacia, que definiríamos como: 1 – A Imagem; 2 – A Informação; 3 – A Negociação.

1. A Imagem

A imagem que o representante diplomático cria do seu país é absolutamente fundamental. Essa imagem deve transmitir elementos como seriedade, simpatia e confiança.

São, de resto, imagens comuns às que o representante de uma empresa multinacional deve transmitir. Esses elementos são essenciais tanto para os colegas de outros países com quem o diplomata trabalha cada vez mais em conjunto, como para as entidades que são “decision makers”, ou os que os podem influenciar no país junto de quem o diplomata está acreditado. Chama-se, normalmente, a este aspeto da diplomacia, diplomacia pública.

Num determinado momento da história há países com uma imagem negativa, veja-se a imagem da Alemanha ou do Japão a seguir à II Guerra Mundial; há hoje países com falta de imagem – daremos como exemplos o Canadá e Portugal; não daremos, por razões óbvias, exemplos de países com imagens negativas. É evidente a importância da estratégia e da correspondente atividade diplomática necessária para promover a imagem do país que o diplomata representa.

Seria interessante ver o esforço e os modos como, por exemplo, o Japão soube gerir estes factos depois da II Guerra Mundial e que corresponderam a uma estratégia governamental e integrada, que fez com que a imagem do país para as gerações mais novas é completamente positiva.

A aposta na cozinha, nas modas, nos filmes, nas histórias

para os jovens foi uma tática extraordinariamente bem-sucedida. Julgamos inútil sublinhar a importância desta imagem no Pilar da negociação.

2. As Informações

O diálogo entre os Serviços de Informação, a Intelligence e a diplomacia é fundamental.

Sem um conhecimento vasto e exato das circunstâncias políticas de um país onde o diplomata está acreditado torna-se extremamente difícil a sua atuação diplomática e muito especialmente definir as condições para levar a bom termo o terceiro e mais importante pilar da diplomacia – uma negociação. Saber distinguir claramente o que diz respeito aos Serviços de Informação e o que diz respeito à Diplomacia é também absolutamente essencial, embora o diálogo seja indispensável. Há países onde não é evidente nem claro onde reside o poder estratégico, quem são os verdadeiros decision makers ou aqueles que, interna ou mesmo externamente, os podem influenciar. Normalmente caberá aos Serviços de Informação fornecer esses dados à equipa diplomática acreditada nesses países.

3. A Negociação

A negociação bilateral ou multilateral, certamente o Pilar mais importante da diplomacia, pois é através dela que não só podemos melhor defender os interesses nacionais, como num quadro de crise, alcançar uma “Win-Win Negotiation”, em que se maximizam os interesses dos parceiros e, em certos contextos, se pode evitar o recurso à força e alcançar uma situação de paz. Numa negociação bilateral ou multilateral, os dois primeiros pilares – a imagem e a informação – são absolutamente indispensáveis.

Os instrumentos que esta época digital nos põe à disposição são essenciais. Este facto, porém, leva a que a negociação seja cada vez mais complexa e exija, da parte do diplomata negociador, uma técnica apurada e que se não compadeça com amadorismos. Se analisarmos muitos dos fracassos de várias negociações que têm tido lugar na cena internacional, chegaremos facilmente à conclusão de que eles se deveram ou devem ao facto de não terem sido confiadas à diplomacia e terem sido levadas a cabo por entidades políticas, muitas vezes sem preparação para as mesmas ou porque visavam outros interesses, por vezes oculto, que se encontravam à margem das negociações.



© depositphotos

Basta referirmos, entre outros casos, o que se tem passado com a Coreia do Norte, com a Síria ou mais recentemente com o Irão. Como já aludimos, a diplomacia hoje, tendo em consideração a complexidade crescente que o mundo das relações internacionais apresenta, exige cada vez mais um domínio profissional das técnicas de negociação.

Não é mais possível negociar sem conhecer alguns elementos de base, a saber: estar de posse de Instruções claras e ter consciência das condições do Multiculturalismo; a necessidade de conhecer em cada caso as Posições de Recuo dos negociadores; aperceber-se da chamada “ZOPA” (Zone of Possible Agreement) – Zona de Possível Entendimento –; e muito especialmente da chamada BATNA (Best Alternative to a Non Agreement) – Melhor Alternativa a um Não-Acordo. Vejamos um pouco estes elementos básicos para conseguir uma negociação, seja ela num quadro bilateral ou multilateral. Quando se começa uma negociação, a primeira coisa essencial é estar de posse de instruções claras baseadas em dois elementos: o objetivo específico da nego-

ciação e a sua integração numa estratégia global, que defina o interesse nacional. Em segundo lugar, conhecer bem o nosso parceiro de negociação. Não negociamos com um norte-americano usando as mesmas táticas do que se negociamos com um chinês ou com um indiano. Por isso, regra geral, um chinês não tem pressa e faz frequentemente preceder a negociação de contactos protocolares, de eventuais almoços ou jantares, a fim de melhor conhecer o parceiro com quem vai negociar, ao contrário de um norte-americano, que, regra geral, tem pressa na negociação e pretende realizar uma “Yes or No Negotiation”.

Conhecer o parceiro e estabelecer uma relação são essenciais. É fundamental, também, ter em consideração o contexto da multiculturalidade.

O próprio objetivo específico de uma negociação tem muito a ver com a atitude dos países nela envolvidos. A saber, se ela se insere numa estratégia a curto prazo ou numa estratégia a médio ou longo prazo. Se compararmos, esquematicamente, os objetivos de um parceiro chinês e de um parceiro ocidental,

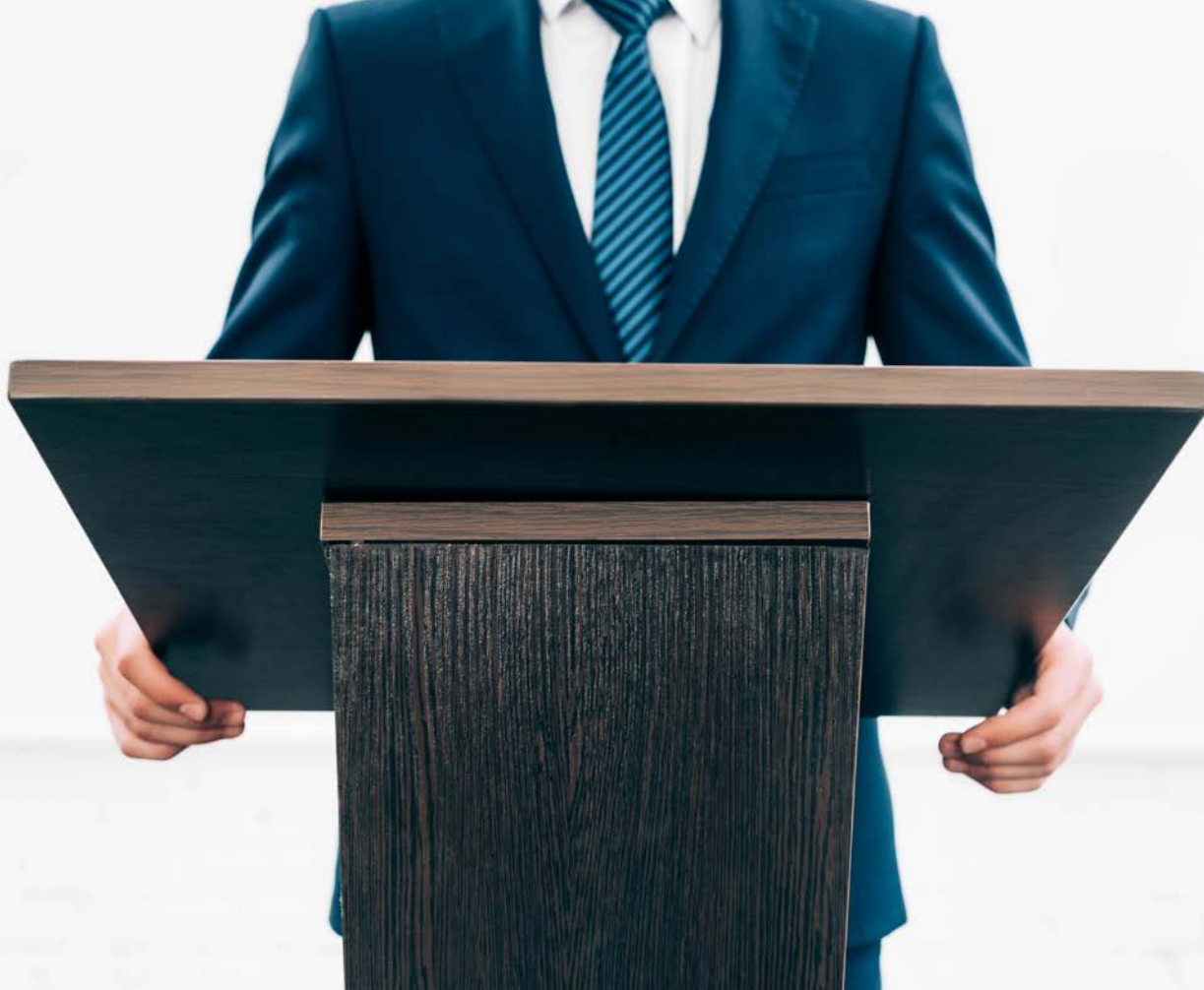
pode facilmente verificar-se que o segundo quer frequentemente obter um resultado específico, isolado, enquanto que o primeiro está fundamentalmente interessado em, para além de obter também um resultado específico, integrá-lo num contexto a médio ou longo prazo. Isto é, o parceiro chinês está fundamentalmente interessado em estabelecer uma relação de amizade e confiança a prazo, na qual se integra o objetivo específico que o parceiro ocidental queria ver realizado. Do quadro das instruções é fundamental estarmos cientes das nossas posições de recuo, isto é, ao propormos 100, sabermos que podemos recuar até 80 nas nossas propostas. Durante a negociação, devemos procurar conhecer igualmente as posições de recuo do nosso parceiro. Numa negociação multilateral, a título de exemplo, poderíamos citar as negociações sobre a Síria iniciadas em Genebra, em 2014 e que não resultaram, pois vários dos parceiros essenciais não tinham posições de recuo ou não as tinham definido. Pior do que isso, tinham BATNAS diversas e alguns não tinham sequer equacionado as suas BATNAS.

Além do mais, era uma negociação em que o objetivo da mesma era diferente para os Estados Unidos, para a Rússia, para a União Europeia, para não referir mais do que estes parceiros fundamentais. Para uns era destituir Assad; para outros era apoiá-lo na luta contra o Estado Islâmico; para outros era criar um clima de negociação e paz, para que o povo sírio pudesse ultrapassar a luta fratricida em que se encontrava na altura e em que continua ainda hoje mer-

gulhado. No decurso de qualquer negociação séria e sem pressas desnecessárias, devemos nos aperceber de um dos momentos mais difíceis da mesma – a ZOPA. Quando uma das partes reconhece uma ZOPA, deve saber aproveitá-la. O aproveitamento desse momento deve ter em conta as tácticas do nosso parceiro. Por vezes é necessário ter presente o chamado Princípio de Doha (nome derivado do local onde ele foi pela primeira vez enunciado, nas Conferências da OMC) e que hoje tem sido citado nas conversações do BREXIT. Ou seja, “Nada é acordado antes que tudo seja acordado”. Pretende-se, assim, evitar que a concessão de uma pequena parte do que se negocia venha implicar outra pequena concessão do parceiro, sem que alguma das partes importantes do bloco negocial venha a obter satisfação. Este princípio foi frequentemente usado, por exemplo, nas negociações sobre Macau, negociações com um carácter verdadeiramente de win-win e cujos resultados até hoje se têm mostrado extremamente positivos tanto para a República Popular da China como para Portugal.

No nosso atual mundo global, nas tensões aparentemente regionais, que se avolumam criando cenários de perigos eminentes, cabe precisamente à diplomacia um papel, que não cabe necessariamente aos políticos desempenhar, na área das negociações. Para que haja ZOPAS ou BATNAS é indispensável conhecermos os verdadeiros atores em jogo: os visíveis, os aparentes e os invisíveis. Cabe precisamente à diplomacia definir, o melhor possível, este quadro. Para que a





© depositphotos

negociação (o terceiro pilar da diplomacia) se torne possível, é indispensável o segundo pilar – as Informações.

Não referimos ainda a chamada Diplomacia Secreta. Se a diplomacia pública é uma vertente fundamental da prática diplomática, como já dissemos, a diplomacia secreta é por vezes essencial. A diplomacia secreta foi muito usada em certos países, durante o período que se seguiu a uma época de um governo ditatorial. A inexistência durante algum tempo de serviços de intelligence credíveis, isto é, sujeitos a um controlo democrático, obrigou a atividade diplomática a assumir atividades que mais caberiam a um Serviço de Informações. Tivemos exemplos desse facto em países de Leste, assim como em Portugal do pós-25 de Abril e antes de, com grande dificuldade, termos finalmente podido criar um serviço de informações, que se veio a chamar SIRP. Este Serviço, como é tradicional, veio a ter duas vertentes, a civil e a estratégica ou militar. Eu próprio, como diplomata, fui encarregue de missões ligadas a Moçambique e à República da África do Sul, que

poderiam ou deveriam ter sido levadas a cabo por serviços de intelligence. Por outro lado, um governo pode decidir que prefere levar a cabo certa missão secreta por via diplomática e não a entregar aos serviços secretos. O exemplo mais antigo, geralmente referido, foi o famoso “Quebec Agreement”, de 1943, cujo nome de código era o Acordo sobre “Tube Alloys”. Na realidade foi um Acordo sobre armas nucleares e seu eventual uso. Este acordo assinado ao mais alto nível em Quebec, por Roosevelt e Churchill, só mais tarde é que veio a ser conhecido tanto pelo então ministro da Defesa americano James Forrestal como pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Dean Acheson.

Numa época mais recente, esta face da diplomacia foi igualmente bem conhecida com a viagem secreta de Kissinger à China, em 1971, no quadro das negociações secretas com Zhou en Lai e que levaram ao restabelecimento das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e a República Popular da China e que culminou com a visita de Nixon a Pequim.



José Manuel Duarte de Jesus
Embaixador jubilado

PORTUGAL NO MUNDO
R A S I L



CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Um Conselho feito para escutar, propor e agir



No Brasil, a ação dos conselheiros tem-se revelado vital. Em dezembro de 2024, realizou-se em São Paulo a reunião da Secção Brasil do CCP, com participação ativa de representantes de várias cidades. Nesta ocasião, discutiram-se desafios concretos como a modernização dos serviços consulares, os atrasos nos processos de nacionalidade, a atuação irregular de intermediários e a necessidade de fortalecer a comunicação institucional com a comunidade.

Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Luiz Otávio Rei Monteiro (Belém), António Davide Santos da Graça (Curi-

tiba e Porto Alegre), Célia Stamford Gaspar Amaral (Recife e Salvador), José Augusto Pinto Wahnnon (Fortaleza), Flávio Alves Martins, Roselene Silva Pires de Boaventura e Orlando Cerveira Francisco (Rio de Janeiro), Teresa de Jesus Pires Morgado, António Carlos dos Santos Gomes, Beatriz Guedes Neves Pereira e Armandino Manuel de Oliveira Torrão (São Paulo), e José Duarte de Almeida Alves (Santos).

Durante os trabalhos da reunião da Secção Brasil do Conselho das Comunidades Portuguesas, um dos pontos mais sensíveis e repetidamente enfatizados foi a necessidade urgente



de modernização dos serviços consulares no Brasil. As queixas não foram pontuais, foram consistentes, partilhadas por conselheiros de diferentes regiões e confirmadas por experiências vividas pelas próprias comunidades.

Entre os problemas mais recorrentes, destacou-se a escassez de agendamentos disponíveis. Muitos cidadãos esperam meses por uma simples vaga para tratar de documentação, renovar passaportes ou iniciar pedidos de nacionalidade. A esta morosidade soma-se a complexidade burocrática, que frequentemente desencoraja até os mais persistentes.

Outro ponto crítico é a demora excessiva na tramitação da nacionalidade portuguesa. Para muitos luso-descendentes, este é um processo carregado de significado pessoal e identitário, e vê-lo estagnado por meses ou até anos, sem resposta clara, representa um desgaste emocional e uma frustração profunda.

Mais grave ainda é a proliferação de intermediários que, explorando a ineficiência do sistema, oferecem serviços paralelos a troco de valores elevados. Estes “agentes”, muitas vezes sem qualquer vínculo oficial, cobram para garantir

agendamentos que deviam ser gratuitos e acessíveis a todos os cidadãos. Este fenómeno não só fere o princípio da igualdade, como mina a confiança nos serviços públicos e coloca em causa a integridade do sistema consular.

Para os conselheiros presentes na reunião, esta situação é insustentável. Reforçaram a necessidade de investir em tecnologia, ampliar a capacidade de atendimento, formar pessoal com sensibilidade intercultural e garantir canais de comunicação claros com os utentes. Acreditam que a modernização dos consulados não é apenas uma questão administrativa, mas é uma exigência de justiça, de cidadania e de respeito por todos os portugueses e luso-descendentes que vivem no Brasil.

Num país de dimensões continentais como o Brasil, onde as comunidades portuguesas estão espalhadas por grandes distâncias, garantir um serviço consular eficaz e digno é também uma forma de manter Portugal vivo na vida das pessoas. É um gesto de proximidade institucional que fortalece o laço entre a pátria e os seus filhos além-mar.

Durante a reunião, a conselheira Célia Stamford, repre-



sentante de Recife e Salvador, destacou com emoção o papel essencial das instituições históricas na preservação da identidade cultural. Referiu-se, em particular, ao Gabinete Português de Leitura do Recife, descrevendo-o como “um espaço de memória e de identidade que continua vivo graças à dedicação da comunidade luso-brasileira”. Sublinhou que este emblemático espaço é mais do que uma biblioteca: é um verdadeiro elo entre a cultura portuguesa e os membros da nossa comunidade, servindo também como ponto de encontro aberto a todos os recifenses. Ali, qualquer visitante pode conhecer, valorizar e sentir o contributo de Portugal para a história e a vida cultural da cidade.

Já o conselheiro José Wahnon, de Fortaleza, sugeriu a criação de materiais informativos sobre o papel do CCP, com o intuito de esclarecer a comunidade, aumentar a sua proximidade com o Conselho e fortalecer a sua identidade institucional.

Durante a reunião da Secção Brasil do Conselho das Comunidades Portuguesas, chamou a atenção a apresentação do projeto de um curso de História de Portugal voltado para lusodescendentes, idealizado pelo conselheiro António Carlos dos Santos Gomes. A proposta surge como resposta a uma necessidade cada vez mais sentida por associações, famílias e jovens da comunidade luso-brasileira: compreender, com profundidade e respeito, a história que une Portugal e Brasil, para além dos estereótipos e frases feitas aprendidas desde cedo nas escolas.

Quando eu ainda era miúda, não era preciso dizer muito, bastava saberem que eu era filha de português para surgirem as piadas disfarçadas de brincadeira. Ouvi mais vezes do que gostaria que “os portugueses vieram roubar o nosso ouro”, que “chegaram sem nada”, “fugidos da miséria”. Diziam essas coisas com a leveza de quem repete frases feitas, sem



pensar no que carregam, e no quanto ferem.

Mas o que eu via em casa era bem diferente. Vi o meu pai como tantos outros a trabalhar com dignidade, a levantar a cabeça todos os dias num país novo, com uma língua que lhe era familiar e, ao mesmo tempo, estranha. Vi um homem que saiu da sua terra não por vergonha, mas por coragem. Porque queria mais para os seus. Porque acreditava que era possível começar de novo.

E é por isso que hoje, como conselheira das comunidades portuguesas, me recuso a aceitar que se continue a olhar para a emigração portuguesa com desdém ou condescendência. É preciso contar a outra parte da história: a que fala da língua partilhada, do património que se entrelaça, das famílias que se misturam, das mãos que constroem, dos saberes que circulam. É preciso resgatar com verdade, empatia e coragem a memória dos que partiram para que os

que ficaram e os que vieram depois saibam que há muito de digno e bonito nessa travessia.

Portugal e Brasil não são apenas dois países com uma história comum. São duas pátrias afetivas que vivem dentro de milhões de pessoas. E os jovens luso-brasileiros têm o direito de sentir orgulho em pertencer a ambas. Têm o direito de saber que não precisam escolher entre uma ou outra, porque ambas lhes pertencem, e ambas são feitas deles também.

É por isso que os conselheiros são tão importantes. Porque estamos no terreno, junto das pessoas, a ouvir as suas histórias, a defender a sua dignidade, a quebrar estigmas com presença e afeto. Porque somos a memória viva de um povo que, mesmo longe, nunca deixou de ser português, e que, mesmo em terra nova, ajudou a construir um Brasil mais plural, mais rico e mais humano.



Beatriz Guedes Pereira
Conselheira das Comunidades Portuguesas

Bastaram algumas horas para me deixar cativar pela simpatia e hospitalidade dos iranianos, que conheço desde os funestos anos de guerra com os vizinhos iraquianos. O povo, os filmes de Abbas Kirostami, as cidades históricas da Pérsia antiga e a excelência do pistácio (sempre me perguntei por que razão só se viam no mercado pistácios californianos quando os iranianos eram bem melhores e mais baratos), eis alguns motivos para voltar a visitar o Irão, agora com mais disponibilidade e tempo. Embora soubesse que os catorze dias, face a tão imensa geografia, ir-se-iam num instante.

A travessia de barco até Ormuz levou apenas vinte minutos, num mar povoado de golfinhos e infestado de tubarões. Avisavam-se ao longe embarcações sulcando as águas intensamente azuis rumo à península de Mussandão, essa parte do Omã que o emirado de Fujairah separa do resto do sultanato. Se nos abstivermos do factor clima, podemos considerar Mussandão uma espécie de Noruega do Próximo Oriente. Os seus fiordes rivalizam em beleza e grandiosidade com os do país escandinavo. Por Khasab, importante porto da península, (onde existe um forte português), transitavam produtos contrabandeados, entre os quais o tabaco, e certamente outros mais ilícitos (logo, mais proveitosos), apesar do rigor das leis árabes e persas.

Impressiona o mais bem preparado dos viajantes, a esterilidade da pequena ilha de Ormuz, onde nada cresce e praticamente tudo o que se consome e utiliza vem de fora. De cor avermelhada, o designado “castelo português” preservava

ainda alguns dos seus canhões. Uma tabuleta estrategicamente posicionada informava-nos que fora mandado erguer pelo “português Albo Kurk”. Mas que forma original de apelidar o Terrível das barbas compridas e olhar feroz!

Saltava à vista a degradação da estrutura militar, ‘atenuada’ por um anunciado projecto de restauro suportado pela Fundação Calouste Gulbenkian. O jornal Tehran Times noticiara que um acordo fora assinado nesse sentido entre Portugal e o Irão, lembrando que também a fortaleza da ilha de Qeshm – ali próxima – poderia beneficiar de tão nobre iniciativa.

Considerado o mais importante porto da região, Ormuz passou a integrar a lista das prioridades de Albuquerque, que em 1507 dele se apoderou, tendo mandado erguer fortaleza. Garantido ficou o acesso ao Golfo Pérsico, por onde escoava parte considerável dos géneros exóticos que, em caravanas, via Bassorá ou Alepo, entravam no Mediterrâneo e, daí, demandavam a Europa.

Transaccionavam-se em Ormuz os melhores cavalos da Arábia e da Pérsia, com destino ao Oriente, sobretudo Cambaia e Goa, na Índia.

A CONSTRUÇÃO DA FORTALEZA

Ao contrário do que aconteceu em Baçaim, na Índia, os trabalhos de construção da fortaleza foram rápidos e implicaram o destacamento de navios para o transporte exclusivo da pedra, gesso e cal – materiais que solidificaram a sua estrutura. Com a mão na massa, dando o exemplo, estava o próprio





Albuquerque, mas quem desenhou os planos foi o mestre-de-obras Tomás Fernandes, que ali deixou bem expresso o seu engenho e arte. Em apenas três meses a infra-estrutura do forte estava concluída. Sabemos de tudo isto porque Gaspar Correia, um dos cronistas presenciais dos feitos da Expansão, estava em Ormuz nessa altura.

No recinto amuralhado foram erguidas várias igrejas (restam vestígios da igreja do convento da Nossa Senhora da Graça) e algumas preciosidades manuelinas – uma torre de menagem, ao estilo da torre de Belém, e uma cisterna, semelhante à de Mazagão. Torres de menagem e cisternas são, aliás, denominadores comuns em muitas das fortalezas erguidas pelos portugueses, como é o caso das de Mogador (actual Essaouira) e de Arzila, em Marrocos.

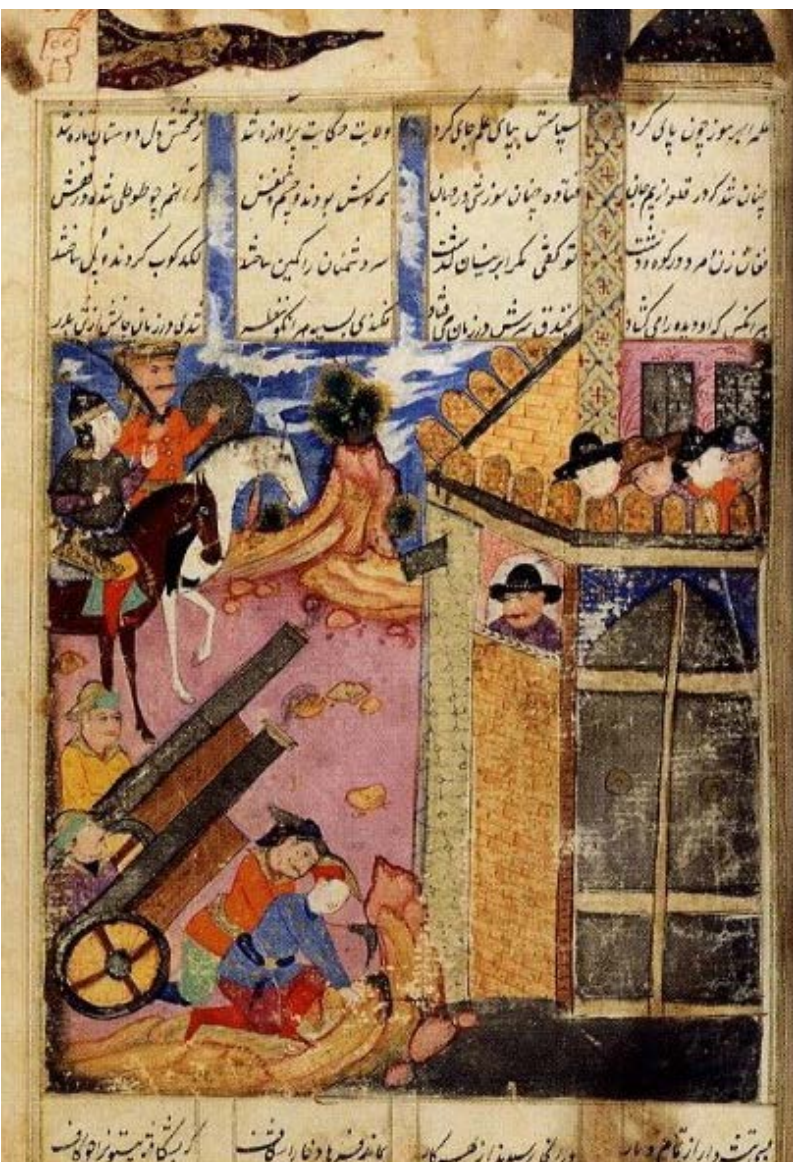
Albuquerque, “o mais consistente e determinado dos primeiros Governadores da Índia” – rezam os livros de História, era homem de grande visão estratégica. Obreiro da nossa consolidação no Oriente, foi também – apesar de todas as vicissitudes, mormente desentendimentos com os seus capitães, e as crueldades cometidas, ontem, como hoje, fruta da época – pioneiro no diálogo de culturas entre o Ocidente e o Oriente. Admirado por muitos e odiado por outros tantos, morreu, como o próprio dizia, “mal com os Homens por amor de El-Rei, e mal com El-Rei por amor dos Homens”.

Albuquerque, misto de diplomata e guerreiro, apesar da sua mão-de-ferro, era muito considerado pelos autóctones e

respeitado pelos seus inimigos, não podendo, portanto, ser comparado a um Pizarro ou a um Cortez. Havia nele uma preocupação humanista bem expressa quando ofereceu, em Goa, refúgio político a Meale Cão, príncipe de Bijapur, e à respectiva família. Esta preocupação humanista, faz parte desse «desígnio nacional» no qual acreditaram tantos dos vultos da nossa história, sendo Fernando Pessoa apenas um dos exemplos.

“A Portugal cabe a missão humanista de perpetuar o encontro de culturas, de concórdia e apaziguamento”, dissera-me meses antes, numa entrevista, Augusto Ataíde, descendente directo de Afonso de Albuquerque. Afirmava ainda que “diferentes povos do mundo beneficiaram com a acção dos portugueses que os puseram em contacto com realidade diversa, ocidentalizando-os sem que, no entanto, eles perdessem as suas identidades, que, como se pode constatar, ainda hoje continuam marcantes”.

As obras foram uma constante no historial de Ormuz, pois havia que modernizar e aperfeiçoar tão cobiçada praça-forte. Para a melhor proteger, construíram-se pequenas fortalezas nas ilhas vizinhas, verdadeiras atalaias que proporcionavam ao grosso da população tempo de resposta em caso de um ataque surpresa. Eram, por assim dizer, a primeira linha de defesa. Nos textos e mapas coevos surgem com os nomes Queixame, Lareca e Bandel de Comorão. Para além disso, havia ainda a feitoria fortificada de Bandar E-Kong, que resistiria até ao século XVIII.



Mas a insistência do inimigo era tal, que Ormuz acabaria por sobraçar, em 1622, face a uma força persa coadjuvada por ingleses – os nossos «aliados» ingleses! – que providenciaram seis naus, factor decisivo para a ocupação da cidade.

Existem duas representações de como era a cidade de Ormuz de Setecentos: a de Manuel Godinho de Erédia e a de Manuel Bocarro, sendo a primeira aceite como a mais correcta. Hoje, como outrora, o canal de Ormuz constitui um ponto estratégico vital numa parte do mundo sempre pre-

sente na agenda internacional. Se o bloqueassem, cessaria o fornecimento de metade dos barris de crude que o mundo consome. Imagine-se o que isso representaria para a economia à escala planetária.

Os petroleiros que agora saem do Iraque, do Kuwait, do Qatar e quejandos com os tanques cheios vieram substituir as naus portuguesas que patrulhavam as águas do Golfo, certificando-se que as especiarias destinadas à Europa passavam obrigatoriamente pelo Cabo da Boa Esperança.



Joaquim Magalhães de Castro
Investigador

| ARTES E ARTISTAS LUSOS

Lídia Marques

[Facebook](#)

[Linkedin](#)



*Lídia Maria Neves Marques, nasceu em Avanca, Estarreja, a 9 de setembro de 1966. Aos cinco anos, emigrou clandestinamente para França. Aí fez parte da sua escolaridade. De regresso a Portugal, tirou a licenciatura em ensino do Português e do Francês, na Universidade de Aveiro. Iniciou o seu percurso como docente em Ovar, passou depois por Lourosa, lecionou um ano em escolas francesas e, desde 1991, integra o quadro do Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira, de Espinho. É autora e coautora de vários manuais escolares de Francês, das Edições ASA. Traduziu para português, a obra “*Lourdes racontée aux enfants*”, publicada pelas Edições Italcards.*

Em janeiro 2016, foi agraciada pela República Francesa com as Palmas Académicas, pelo seu trabalho ao serviço da promoção da língua francesa, sendo estas uma condecoração honorífica para homenagear como membros os eminentes e divulgadores da cultura francesa.

Quem é Lídia Maria Marques, a autora que está por trás das suas obras?

Antes de mais, sou uma mulher, mãe de família, professora, formadora. Sou o resultado das minhas experiências de vida, de uma infância e juventude por terras gaulesas, de contactos com pessoas de horizontes culturais diversos. Não me consigo definir como uma pessoa “linear”. Não sou isto ou aquilo. Não me consigo compartmentar. Sou ativa, persistente, sonhadora, exigente comigo própria e com a vida em geral. Respiro, penso, sinto. Por vezes, o desejo de exprimir o que sinto é mais forte do que as limitações rotineiras e então a escrita assume uma função libertadora.

Tem algumas memórias da sua infância, a viagem clandestina para França e esses anos passados num novo país que desconhecia?

Lembro-me perfeitamente da viagem de táxi até Vilar Formoso, das curvas da estrada, do ar grave dos meus pais. Da procura por um “passador”

que nos ajudasse a fazer a “travessia clandestina”, das respostas negativas. E da aventura depois.

Estávamos em agosto de 1972. O meu pai trabalhava em França, em Bourges, há cerca de um ano; tinha vindo buscar a família. Mas só a minha mãe pôde tirar o passaporte. As leis da emigração da época, tanto em Portugal como em França, não permitiam a reunificação familiar. Por isso, o meu irmão e eu fomos “a salto”. Eu dizia na altura que iria “aos saltos” para França!

Em Vilar Formoso, a minha mãe entrou no comboio, com as bagagens. O meu pai, o meu irmão e eu metemo-nos literalmente noite adentro, pela via férrea. Eu ia aos ombros de meu pai. Recordo o ladrar dos cães, o barulho dos passos nas pedras da ferrovia, o medo de sermos apanhados. Lembro a visão apaziguadora da estação de Fuentes de Oñoro iluminada. Recordo ainda, depois, a angústia e os gritos da minha mãe, quando o comboio chegou, a abarrotar de gente. Foi impossível entrarmos. Não cabia nem mais uma pessoa. E ela pedia desesperadamente que a deixassem sair do comboio, para que pudesse ir ter

com o marido e os filhos. Após alguns minutos ater-
radores em que pensei que o comboio partiria e que eu
nunca mais veria a minha mãe, as pesadas malas pas-
saram pela janela e a minha mãe, finalmente, con-
seguiu sair do comboio. Recordo a espera, de largas
horas, por um comboio em que pudéssemos seguir

viagem, da chegada angustiante a Irún, da traves-
sia da fronteira com Hendaye, do meu pai erguendo
os dois únicos passaportes no meio de uma onda de
gente, do medo que nos mandassem parar e o alívio,
mais tarde, no comboio que nos levou até Bourges.
Aprendi rapidamente a falar francês. Tive aulas de



português, oferecidas na altura nas instalações da associação portuguesa local. Dancei folclore, participei num grupo de teatro e, juntamente com outros jovens lusodescendentes, animei um programa de rádio. Fomos todos mobilizados pelo António Garcia, que foi presidente da CCPF. Mantive os laços com Portugal, onde passava sempre um mês de férias. Quando tive de regressar ao país natal, a adaptação foi difícil. Mais tarde, regressei a França, depois de concluir a licenciatura, como assistente de português em Tours. Hoje, sinto-me bem a viver em Portugal, embora goste de voltar a França com alguma regularidade.

A licenciatura em Português/Francês foi fruto dessa ligação aos dois países, ou mera coincidência?

Sim, foi. Em criança, brincava a ser professora: as bonecas eram as minhas alunas. Tive aulas de Português em Bourges e foi lá que realizei os exames portugueses. Quando a família regressou a Portugal, anos mais tarde, pareceu-me óbvio que essa era a via a seguir, tirando partido das minhas competências nas duas línguas.

É autora e coautora de vários manuais escolares em Francês, tendo sido agraciada pela República Francesa com as Palmas Académicas, uma distinção honorífica que homenageia personalidades que se destacam na divulgação da cultura e da língua francesas. Como se sentiu com este reconhecimento do Estado Francês?

A condecoração das Palmas Académicas foi um momento marcante para mim. Sinto-me grata. Foi o reconhecimento da França por todo o trabalho desenvolvido para a promoção da língua e da cultura francesas, na escola onde ainda hoje trabalho: coordenei durante muitos anos uma secção francófona; desenvolvi, com o apoio dos meus colegas, projetos como a Festa da Francofonia em Espinho, as

Olimpíadas do Francês, o Concurso interescolar da canção francófona, a certificação DELF, numerosos intercâmbios escolares e visitas de estudo a França.

A concepção de manuais escolares surge no seguimento de um convite da Editora ASA. Já são oito. O nono projeto já está em andamento.

Lançou em 2025 o livro *Os Amigos do Largo*. Qual é a mensagem deste conto, quem é a Dona Guidinha, e porque é que a mobylette mudou de azul para vermelho?

A história estava pensada — e até escrita — há alguns anos; aguardava, como se costuma dizer, no fundo de uma gaveta. A constatação de que as crianças, hoje em dia, quase não brincam no exterior, a falta de liberdade e de tempo para explorarem o mundo lá fora, bem como as contingências da vida quotidiana, mantêm-nas dentro de quatro paredes, em frente a um écran, com poucas interações sociais. Os amigos do Largo (reparem na maiúscula) é uma apologia do largo como espaço social de encontros, descobertas e partilhas. É uma viagem à infância.

O livro celebra os laços entre gerações e a importância da comunidade, da amizade, da convivência e da solidariedade entre pessoas de diferentes idades.

A Dona Guidinha é a guardiã das memórias da infância, dos valores da amizade intergeracional e da partilha. Tem algumas semelhanças comigo, nomeadamente a experiência da emigração. Também tive uma mobylette azul. A da Dona Guidinha é vermelha, justamente para distanciar a personagem de mim. Quando se escreve, há muito de nós, mas não podemos confundir personagem, narrador e autor.

Como foi este processo de passar dos manuais escolares, para a escrita de um conto, onde acima de tudo procura as emoções dos leitores?

Ambos requerem criatividade e organização. Estou a aproveitar a pausa proporcionada pelas vigências



© Daniel Guerreiro

dos manuais para a escrita criativa. O processo de criação e de estruturação de um projeto escolar é muito exigente e rouba-nos muito do nosso tempo “livre”.

Na sua opinião, num mundo dominado pelas séries em streaming ou os videojogos, a leitura é ainda o veículo cultural essencial para a formação da cidadania?

O hábito de leitura deve ser fomentado desde muito cedo, tanto pela escola como pela família, e cultivado ao longo da vida. Uma criança, um jovem e um adulto devem ter tempo para tudo: para ver uma série, para jogar videojogos, mas também para querer ler. Um aluno que lê apenas por imposição da escola dificilmente se tornará um adulto leitor.

Segundo vários inquéritos, mais de metade dos portugueses não lê livros. Mais do que incutir este hábito nos mais jovens, é necessário primeiramente estimular a leitura em contexto familiar?

A família é o berço de tudo: dos afetos, da formação do carácter, dos valores com que queremos nortear a nossa persona-

lidade. Mesmo que a família não tenha hábitos de leitura, um jovem pode aprender a gostar de ler, se for estimulado nesse sentido. Em minha casa, quando era criança, não havia livros, a não ser livros religiosos. No entanto, descobri o superpoder da evasão através dos livros. Por isso, me tornei frequentadora assídua da biblioteca municipal de Bourges, onde passava grande parte do meu tempo livre. Mas sim, é fundamental estimular a leitura em contexto familiar, mas não apenas durante a pequena infância. Frequentar livrarias, levar um livro para a praia ou quando se vai de férias, ir à feira do livro, ir ao cinema ver a adaptação de uma história, tudo isto contribui para fazer entrar a leitura nos hábitos familiares.

Pode-nos revelar alguns dos seus projetos para 2025? Já temos novo livro na calha?

Tenho outro conto infantojuvenil já escrito, intitulado Lu e as histórias de piolhos, à espera de ilustrações e de editora. Acabo de participar na coletânea Aos Ombros da Minha Mãe, da Editora Cordel D’Prata, com o texto Dias de Chuva. É uma homenagem à minha mãe, que viveu numa época em que era muito difícil ser criança e ser mulher.



© Daniel Guerreiro

Estou ainda a terminar um livro que decore da minha atividade profissional. Deverá chamar-se Hoje, a Stora Passou-se. Trata-se de um retrato da escola dos nossos dias, através do testemunho de um aluno atento e observador que assume o papel de narrador, descrevendo o caos instalado dentro da sala de aula: a indisciplina crescente, o desespero da professora e as situações absurdas que se acumulam, dia após dia.

Além disso, está em fase bastante avançada a elaboração de um livro de atividades lúdicas e de jogos, em língua francesa, para a descoberta de Portugal, da sua língua e da sua

cultura. Está bastante completo e, julgo eu, inovador. Poderá ser adaptado a outras línguas. Aguarda ainda editora. E finalmente, em 2027, será publicado o próximo projeto para o ensino/aprendizagem do Francês, para o sétimo ano, pela Editora ASA.

Uma mensagem para todos os autores, criadores e artistas do mundo.

Não pensem que não têm tempo ou talento para escrever, para criar. É sempre a altura certa para começar. A vida é demasiado curta para adiar os sonhos!

| AMBIENTE

A invisibilidade dos povos indígenas na luta climática global

Num planeta que aquece a um ritmo preocupante, onde a transição para energias limpas se tornou um imperativo global, os povos indígenas — os mais dedicados guardiões da natureza — continuam a ser deixados à margem das decisões que moldam o futuro do clima. É esta a principal conclusão de “A Situação Mundial dos Povos Indígenas”, relatório recentemente publicado pelas Nações Unidas, que lança um alerta inequívoco: apesar de representarem apenas 6% da população mundial, os povos

indígenas protegem cerca de 80% da biodiversidade do planeta e são, em grande parte, responsáveis pela manutenção do equilíbrio do planeta para as gerações futuras. Contudo, estes recebem menos de 1% dos fundos internacionais destinados ao combate às alterações climáticas.

Analisando mais profundamente o relatório, deparamo-nos com um paradoxo deveras inquietante. Se, por um lado, as comunidades indígenas se vêem desproporcionalmente afectadas por fenómenos climáticos extremos — secas prolongadas, inundações, erosão costeira e incêndios florestais — são frequentemente excluídas das soluções adoptadas e marginalizadas nos processos

de decisão. A mitigação das alterações climáticas carece de urgência, mas também de justiça. Desde projectos de energia verde impostos sem o seu consentimento — mineração e esquemas de compensação de carbono — até decisões políticas tomadas em salas onde as vozes indígenas estão ausentes, estas comunidades são frequentemente excluídas das soluções climáticas.

O relatório reúne contribuições de líderes indígenas, académicos e especialistas das Nações Unidas, traçando um retrato vívido de como o conhecimento ancestral é, em muitos contextos, subestimado ou ignorado — quando, na verdade, pode ser fundamental para a construção de um futuro mais sustentável.





No deserto do México, por exemplo, o povo Comcaac conserva o seu conhecimento ecológico através de topónimos que funcionam como mapas vivos do ecossistema e preservam dados fundamentais sobre a biodiversidade marinha da região.

Na cordilheira andina do Peru, a comunidade quéchua de Ayacucho está a recuperar práticas milenares de sementeira e recolha de água para se adaptar ao recuo dos glaciares. Estes sistemas, enraizados numa compreensão íntima dos ciclos hidrológicos da montanha, estão agora a ser partilhados com agricultores da Costa Rica, num raro e

inspirador exemplo de cooperação climática.

Na Somália, a sabedoria oral dita as regras ecológicas: entre os clãs nómadas, a destruição de certas árvores sagradas é proibida por normas transmitidas através de provérbios e mitos — um código ambiental enraizado na tradição, mais eficaz do que qualquer decreto governamental.

Apesar deste profundo saber, os povos indígenas enfrentam crescentes ameaças em nome da chamada economia verde. A procura global por minerais essenciais à transição energética — como o lítio e o cobalto — está a intensificar



actividades mineiras em África, na Europa, na América do Sul e noutras regiões, muitas vezes sem o consentimento livre, prévio e informado das comunidades locais. Estes projectos replicam a lógica colonial, devastando terras sagradas e destruindo modos de vida sustentáveis.

Perante esta devassa sem consulta prévia, o apelo da ONU é claro: o conhecimento indígena não deve ser encarado como mera herança cultural ou folclore, mas como ciência viva — rigorosa, testada pelo tempo, profundamente conectada com os ritmos naturais da Terra. E, acima de tudo, deve ser colocado no centro das estratégias climáticas globais. O relatório preconiza uma mudança de rumo

que, caso não seja atendida, poderá levar à repetição dos erros históricos do passado: exploração e exclusão, e vai mais longe: sem a inclusão plena dos povos indígenas, as soluções para a crise climática correm o risco de falhar por ineficácia e falta de equidade.

Num momento em que o mundo procura soluções para enfrentar a crise ecológica e climática, talvez a resposta não esteja apenas na investigação dos laboratórios ou nas cimeiras políticas organizadas pelos líderes globais — mas nas florestas, rios, desertos, vales e montanhas, onde povos ancestrais, durante milhares de anos, aprenderam a viver e conviver em harmonia com a natureza.



Vitor Afonso
Mestre em TIC

| LUSO - CRIANÇA

Sozinhos em Gaza

*Em Gaza, o céu não é azul,
É cinza de fumo e medo.*

*As bombas caem como chuva,
Gritos amordaçados nos escombros do silêncio.*

*Um prédio que caiu,
Uma mãe que não volta,
Uma noite escura que não acaba.*

As crianças, ninguém as salva.

*Não há cores num papel queimado.
Só sombras.
Só medo.
Só vontade de fugir.*

*Porque o sonho também morre
Quando o firmamento explode
E não há mais lugar para imaginar.*

*As crianças de Gaza são invisíveis.
Mas gritam.
Mesmo sem voz.
Mesmo sem mundo.
Mesmo sem chão.*



Sarah Luz
"Poesia de Cor"

| TRADIÇÕES LUSAS

Comer sem azeite é comer miudinho

lastros de abertura



A alimentação e a gastronomia reportadas às tradições culinárias da região de Trás-os-Montes e Alto Douro

até ao desenfreado fluxo migratório dos anos sessenta, fizeram-se sempre ao ritmo dos ciclos da natureza e - naturalmente - do recheio das bolsas e adegas despenseiras de cada um. Eram primárias pela ambiência, diferentes de local

para local — do Alto Barroso à Beira Transmontana — variadas pela pluralidade dos produtos cultivados, recolectados e transformados, mas saborosas pela simplicidade da confecção... quer as cozinhas do quotidiano quer dos dias de festas e romarias (...). O pão — seja ele centeeiro, trigueiro, centeninho ou amilharado — o vinho e o porco são os anéis da cadeia que unem a arqueologia dos costumes com a alimentação



regional, e estão na base da história e das muitas estórias da nossa gastronomia (...). O transmontano — duriense, mirandês, barrosão, raiano ou beirão... moncorvense ou flaviense — consumia sem reservas o que a terra e o céu lhe ofereciam — das ervadas dos agueiros aos passarecos dos palumbares — e as águas dos rios disponibilizavam, como em todas as zonas rurais do interior do país. Acrescia-lhe os poucos pescados do mar que por cá chegavam — bacalhau, sardinhas, polvo, carapaus, fanecas, congro... — o queijo enrijado das churras e o mole das cabradas, carnes de galináceos que criava nos cortinheiros à beira de casa, ovos muitos, carnes do monte que quase sempre caçava às escondidas, outras carnes de criação — cabrito, borrego e marrã — que ia comprar ao açougue, uma vez que só os ricos e os menos pobres tinham acesso à carne de vaca...

A capoeira e o cortelho eram o talho do pobre!

E tratava tudo consoante o tempo dos sóis e das luas, as necessidades de sobrevivência diária, os costumes da memória dos seus, a paciência e a imaginação arranjadas no momento. Ser mulher boa cozinheira era uma honra! Até a

nomeada dos produtos e cozinhados conseguidos ajustou à simplicidade dos falares e às agruras do dia-a-dia: folia-nos, tarimbolins, mômãs, vilões, larotas, azedos, chabianos, melícias, moadas, pildrachos... arroz de tropeções, macarrão da velha, bacalhau constipado, tripas de convite, bazula-que, sopa de tchis, canelos fumados, pato dos galegos ricos, coelho de lapada, rica mourisca, caldeirada de tudo, fritada de rabecos, tomatada de alguidar, ervilhas espertas, batatas sem dono, casulas, lúparos, cornipos, aguadinhos, sopa gata, água de unto... tarecos, orelhas-de-abade, falachas, milharaques, santóros, canelões, covilhetes, cristas de galo, viuvinhas, matrafões, mascotos, desgovernados, fálgaros, rochedos, carriços, arrepelados... garrobas, grabincho, fusco miúdo, chicharranete, feijão chicote, couve de poda, faveca, geriboila... tomate Santulhano, pimento Quatro Narizes, gin-ja Garrafal, cereja Rabicha, uvas Borrado das Moscas e Brin-cos de Princesa, oliveiras Zamborina e Chorona, amêndoas Zagaleira e Trovisca, castanhas Rebordona e Patacudá, figos Bacorinho e Três-ao-Prato, maçãs Samartinha e Serapica, peras Malheira e Invernosa de Rabo Torto... Até a ponte me-



dieval sobre o rio Ôlo - Ermelo - abençoou com a nomeada de Ponte dos Presuntos e a primeira pandorcada gastronómica, ainda no séc. XVI, como Confraria do Burraço!

E o azeite e as azeitonas?

Como e quando chegaram de assento definitivo à cozinha ... e à mesa dos transmontano-durienses?

A resposta parece-me simples: depois do arrumar da cultura da oliveira às terras que lhe são devidas, já na parte final do século XIX, logo que foi necessário encontrar alternativa para as litradas consumidas de azeite-combustível. A partir daí não mais abandonaram “a mesa do camponês, nem o banquete do burguês”! E com doura sapiência, o nosso povo também foi assegurando que “a melhor cozinheira é a azeiteira”, porque fez da prática diária do azeite: – não uma insólita extravagância senão a consequência de uma solene e unânime convicção. Inclusive acreditou, e ainda acredita, que o chá de folhas das Verdascas é mesmo bom para os apertos do coração e o bochechar com a água da cura das azeitonas para qualquer dor de dentes.

Aproveitando as muitas conversas tidas e o rol de estórias escutadas,

a dose de prelecções proferidas e as notas que por aí fui recolhendo ao longo dos últimos anos... que já me serviram de suporte às publicações “Crónicas Comestíveis – Contando histórias de comer, Estórias do Azeite, O Azeite e as

Azeitonas – Receitas da Rota do Azeite de Trás-os-Montes e Palavras do Olival ... além de outros créditos familiares e vivências mais recentes, vamos, então, e em jeito de preferências pessoais, à minha convicção de que “comer sem azeite é comer miudinho” com algumas das tradições gastronómicas azeitadas de Trás-os-Montes e Alto Douro, práticas mais arredadas do nosso quotidiano e certos saberes ainda de trato local ou familiar, deixando de parte comedorias de outras prosas e para outras prosas. «Haja fartura que a fome ninguém a atura!»

Entrar na refeição – Lastros de abertura

Fazer a boca e afiar o dente à comezaina, alancar e dar entrada às assaduras de leitão, cabrito e peru, do guisado de borrego e da potada de galo, era, nas nossas casas rurais e vileiras, o início daquelas refeições festivas mais ritualizadas... A familiaridade oferecida aos convidados, o compasso de espera aos retardados, a demonstração do bem receber e da riqueza conseguida, o prenúncio de um fausto manjar e a manifestação de vida organizada. Caso não houvesse sopa ou um migado qualquer, nem um daqueles caldos de pôr a colher em sentido, mais certo e mais abundante seria o conduto aviado para fazer o tal lastro de abertura. Comeres de entrada, petisqueiros, merendeiros, ou apenas de lambisco, tanto dá!

O dia nas terras quentes mais abeiradas ao Douro olivícola

e em redor do pastoreiro Sabor-Maçãs-Côa começava com o mordico da manhã, o dito dejejuar do afidalgado ou o popular mata-bicho das terras de montanha, fosse ele de trabalho ou de merecido descanso; era substanciado antes do pico do sol; passava pela merenda do meio da tarde e terminava com uma ceia de abasto ou uma sobre-ceia de aconchego. (Já lá vai o tempo das parvas matinais de aguardente destemperada com um nadinha de água, que efectivamente matavam o raio do bicho, um caneco de café de saco e um cibo de carne gorda, cebolas rachadas ao meio, uma côdea de pão centeio e figos secos e das ceatas reforçadas a castanha. «Quem se deita sem cear, passa a noite a rabear.») Mas nos tais dias de comer de celebração e agradecimento, quando o acolheite dos anfitriões e a arte da cozinheira eram postos à prova, de provisco era bem possível que os convivas fossem presenteados de outros paparicos que não o mero encher de góldres. Enfim...

em terra de tantos olivais e oliveiras

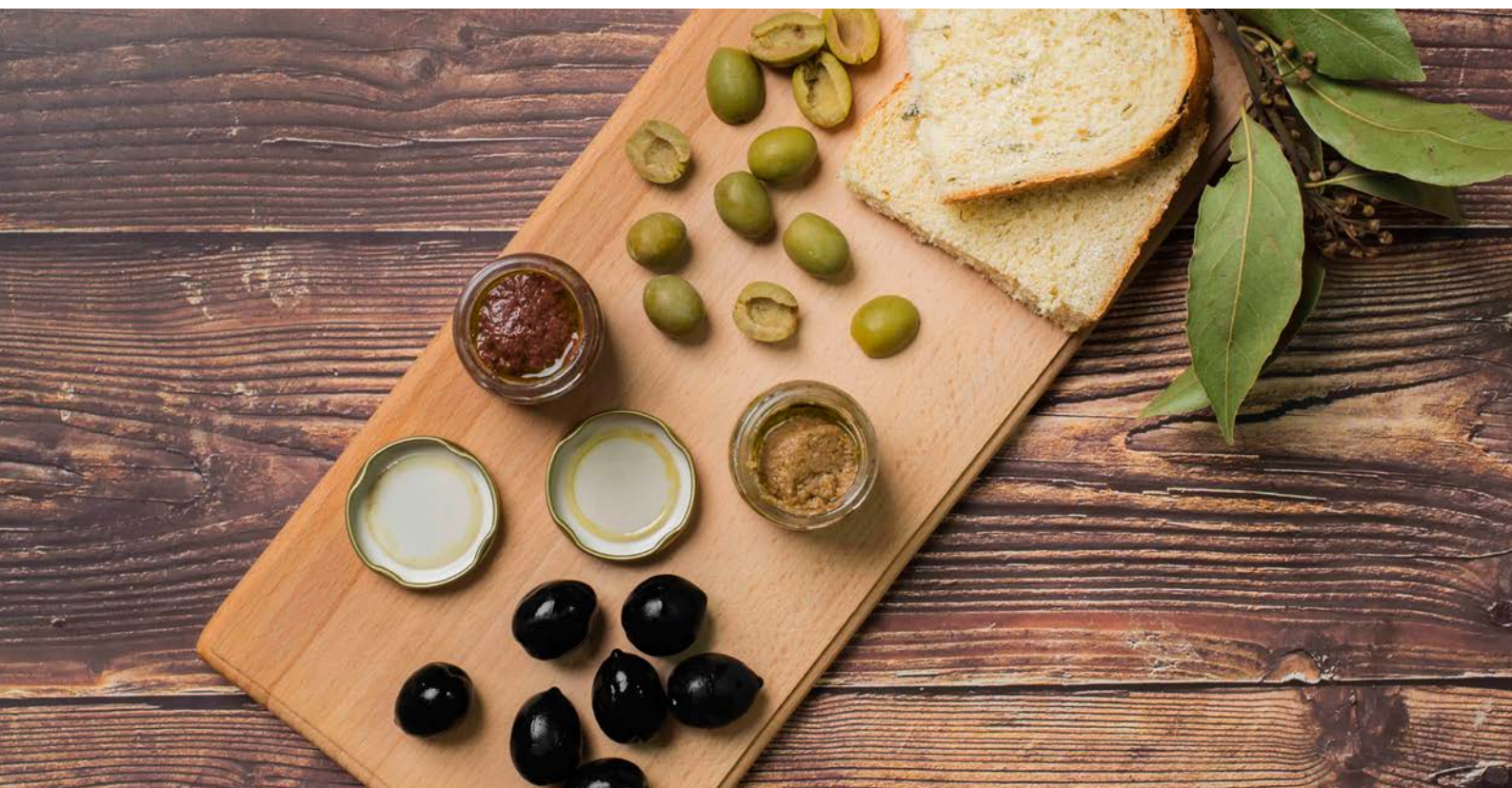
que se aventuram até às portas de Montesinho, e quantas vezes de vizinhança com o friorento castanheiro, posto de lado o reportório de fumados regionais, tirar de poulo o estômago ainda agora é feito com o condão do azeite e das azeitonas e consoante as posses caseiras, como não poderia deixar de o ser. Por isso, antes que São Lourenço - patrono dos Cozinheiros - arrelie ainda mais o estuporado prefeito de Roma, vamos lá às tais evidências de que comer sem azeite é comer miudinho!

As torradinhas lagareiras

eram torradas merendinhas, preferencialmente de pão centeeiro, escuro e de poucos olhos, amanhadas nas brasas da fomalha do lagar ao começo da noite e mergulhadas no azeite acabadinho de fazer; eram a merenda mais do que merecida dos mestres e ajudantes lagareiros, também a primeira prova do azeite novo, o convívio comensal com os visitantes azeitoneiros logo a seguir ao acerto das maquinas... um gesto de simpatia do patrão. Podiam, ou não, ser esfregadas com dentes de alho arrancados da pendura da trança adegueira, polvilhadas de sal grosso ou açúcar amarelo no caso dos mais gulosos e de alguma garotada. Tornaram-se, em parceria com as outras lagaradas de polvo e de bacalhau, numa prática generalizada a toda a região olivícola, principalmente na Terra Quente Transmontana e Vale do Douro Superior, e numa referência de arranque aos banquetes invernais.

A pasta de azeitonas

Preparada a partir das desprezáveis “sapateiras” — azeitonas velhas, moles e com um ligeiro sabor a couro — foi, basicamente, consumida em cadorno de pão barrado e como tempero dos refogados mais caprichados ou, apenas, de presumido apuro em assados de peru, borregos e leitões. Esta pasta, pastada ou massa de azeitonas para outros, [É uma papa grosseira aprontada a partir da moenda das ditas azeitonas avelhentadas, depois de descaroçadas, com um arranjo de sumo de limão e azeite de aproveitamento, temperada de tomilho e engrossada com miolo miudinho de pão fresco.]





era, em tempos de míngua, muito utilizada pelos guardadores de gado nos pastoreios de percurso e segadores que se ausentavam de casa por períodos mais ou menos longos, e as azeitonas novas ainda não tinham saído da árvore ou não estavam prontas para a cura das alcaparras. Quando a patroa-cozinheira pretendia transformá-la em comer de substância, para uma das refeições do dia-a-dia e dotar comeres de jornada, ajuntava-lhe um migado de atum de lata e, tantas vezes, um quarto de tomate seco de conserva azeitada, confecção a lembrar a das míticas tapenades da Provence francesa.

O pão de companhia

No Vale do Douro Superior, aí pela chegada do meio-dia ou ao primeiro descanso do trabalho jornalheiro dos picos de verão, comia-se pão seco com cebola crua, uma fatia de toucinho ou um pedacito de chouriça de talha e uma mão cheia de azeitonas de cura no retardo. E bebia-se uma [reconfortante] esguichada da bota odreira ou da cabaça do vinho. Era o pão de companhia. Às vezes lá calhava levar-se com um naco de tomate ressecado ao sol. Por sua vez, na casa de alguns patrões freixenistas, pelo tempo da apanha da amêndoa e das vindimas, quando a refeição tinha propósitos comemorativos ou de envaidecimento fazendeiro, o pão do dia anterior podia ser esfregado com um toque de alho, humedecido

com sumo de tomate [O tomate “coração de boi” diziam ser o melhor.], regado ao de leve com azeite novo, e o toucinho seboso substituído por presunto meado de magro. Era o **pão de tomate** ou **pão de alguma coisa**, já de tratamento muito próximo ao tradicional companatico da Itália sulista.

As amêndoas com azeite

Quanto a esta receita — amêndoas esmagadas num almofariz juntamente com um bom tantunho de alhos, azeite adicionado pouco a pouco, água à certa, um bom avio de sumo de limão, miolo de pão do dia, tudo refrescado durante algum tempo... — trata-se de um comer campesino, assim o creio, associado a períodos de fome e privação, também referido por alguns aldeões jornalheiros como **amêndoas alhadas** ou **pasta de amêndoas**. É, muito provavelmente, comer de origens judaico-arabistas, cristianizado (?) posteriormente com a introdução do pão migado e vinagre de vinho branco para suprir as carências de limão, em que as amêndoas tinham que ser colhidas ainda algo leitosas, mas já de grão feito e bem acastanhado, para um esmagamento mais facilitado. E a variedade eleita era quase sempre a Verdeal, conhecida popularmente por “amendoeira dos cantoneiros”, tal como o é a deslemburada Romeira, por ser uma árvore que marginava os caminhos e estradas locais, de crescimento rápido,



grande vigor vegetativo, não muito cediça e de grão atractivo com bons rendimentos à britagem. Hoje sabe-se que aquela variedade autóctone é das mais equilibradas e com melhor valor nutritivo.

As sopas de água fria

Em alguns locais do Baixo Sabor, este antigo ensopado de amêndoas azeitadas também foi um bom merendico de verão para o redobrar de forças. E em redor de Alfândega da Fé rivalizava ou acrescia às tradicionais sopas de água fria — os tão refrescantes **aguadinhos** dos povoados da Villaricia, aparentados dos tradicionais gaspachos alentejanos e arjamolhos algarvios — quando os jeireiros das aldeias cumeeiras desciam ao vale para as ceifas, malhadas, apanha da amêndoa ou pelas vindimas.

A salada de laranja

Comer de ricalhada! — dito pelos rogados durienses que

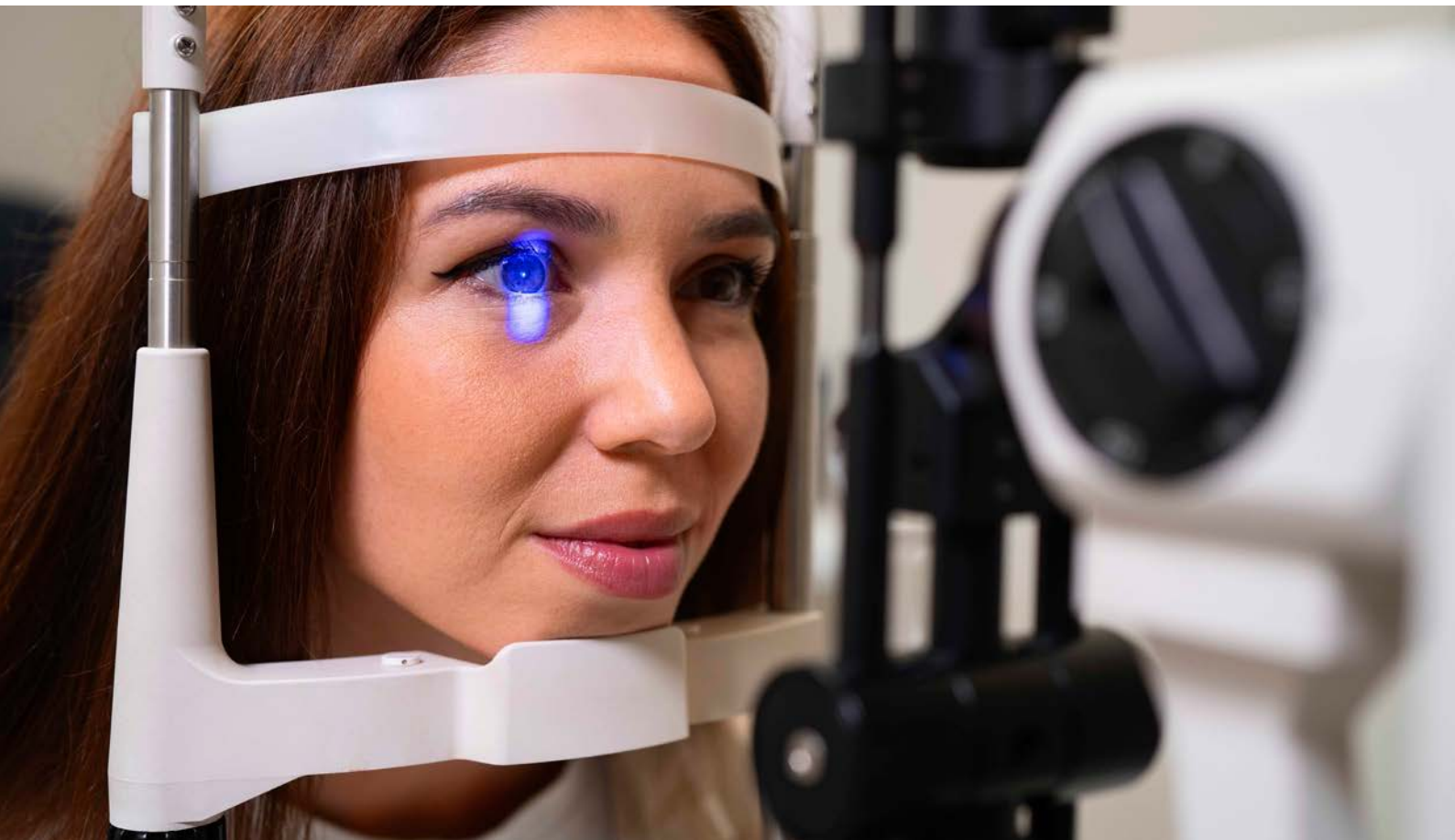
lhe ajustavam outra sentença: “fidalguia sem boa comedia é como gaita que não assobia”. Preparado a partir de um bom amanho de gomos de laranja, inteiriços e descaroçados, principalmente das laranjas de sangue, às vezes das de prata, também das menos adocicadas ou de início de época, e rodela fina de cebola queimosa, de marinada num molho de vinagre de vinho branco, azeite de época e erva-cidreira picada, enricada de lascas de presunto velho ou de salpicão de guarda em talha... seria mais uma das possíveis entradas às refeições de cortesia que certas famílias mais abastadas do Douro Vinhateiro destinavam aos seus convidados se o manjar fosse de peru ou pato no forno, borrego, cabrito e leitão assados na brasa. Algumas das cozinheiras serviçais daquelas casas quinteiras preferiam denominá-la por **salada de rei**, julgo eu, pelo exotismo da preparação ou então pelo nome atribuído à erva-cidreira de “coroa de rei”.



António Manuel Monteiro
Engenheiro Agrónomo

| SAÚDE E BEM ESTAR

Rastreio e Inclusão na perda visual



O que é a visão? A visão é um processo complexo que envolve os olhos, o cérebro, e uma série de estruturas e mecanismos que trabalham em conjunto para transformar a luz que os nossos olhos recebem em imagens que o nosso cérebro compreende. Diferentes áreas do nosso cérebro processam essa imagem, interpretando-a, atribuindo-lhe significados e calculam como proceder mediante essa informação.

A visão é, por isso, um sentido que muito facilita a nossa

interação com o mundo. É o motor de atividades básicas do nosso quotidiano como a leitura, condução ou identificação de rostos, e muito contribui para o nosso desenvolvimento social, educacional e emocional. Disto deriva que problemas graves de saúde visual possam comprometer a capacidade de aprendizagem em crianças, reduzir a produtividade em adultos e limitar a independência em idosos, bem como contribuir para o aparecimento ou agravamento de ansie-



dade e depressão. O provérbio popular “prevenir é melhor do que remediar” é amplamente utilizado em contextos médicos e tem orientado políticas de saúde pública, particularmente programas de vacinação, rastreios e estilos de vida saudáveis. Fazendo jus à sabedoria tradicional, prevenir, rastrear e tratar precocemente mantém-se a forma mais eficaz de evitar problemas visuais graves, com subsequente baixa visão ou cegueira. Nesse contexto, é fundamental que indivíduos de todas as faixas etárias, desde recém-nascidos até idosos, realizem exames visuais de forma regular. Em crianças, o rastreio deve iniciar-se nos primeiros meses de

vida, com avaliações periódicas ao longo da infância. Nos adultos, recomenda-se a realização de exames anuais ou bienais, especialmente a partir dos 65 anos, quando aumenta o risco de doenças relacionadas com a idade. Mas naqueles com doenças que podem interferir na função visual, ou antecedentes familiares de doenças que possam ser hereditárias, o rastreio poderá ter que ser mais frequente. Entre as patologias mais prevalentes destacam-se a catarata, o glaucoma, a degenerescência macular da idade (DMI) e erros refrativos, como miopia, hipermetropia e astigmatismo. Em crianças, acrescenta-se ainda a ambliopia (“olho pregui-

çoso”) e estrabismo. Os avanços tecnológicos na área da oftalmologia têm potenciado as vantagens dos rastreios, ao permitir diagnósticos mais precisos, numa fase mais precoce e intervenções mais seguras e eficazes. Equipamentos modernos, como a tomografia de coerência ótica (OCT), medicamentos inovadores como os fármacos biotecnológicos, e intervenções cirúrgicas com recurso a tecnologia LASER ou dispositivos implantáveis, têm revolucionado o diagnóstico e o tratamento de doenças como a retinopatia diabética, a DMI e o glaucoma. Nas crianças, o diagnóstico precoce de ambliopia permite o seu tratamento e reversão, evitando assim



uma vida de perda visual irreversível. O aparecimento recente de novas tecnologias que permitem atrasar a progressão da miopia tem também permitido intervir precocemente neste erro refrativo que atingirá 45% da população europeia no fim desta década.

Mas nem todas as doenças oculares são preveníveis ou tratáveis. Estima-se que, em Portugal, pelo menos 1% da população tenha critérios de baixa visão, subindo essa percentagem para mais de 3% na faixa etária acima dos 65 anos de idade. A baixa visão e cegueira associa-se frequentemente a perda de autonomia e mobilidade, discriminação de múltiplas formas, e maior prevalência de perturbações de ansiedade e depressão. Falar de prevenção de perda visual requer assim que se fale também do que é viver com baixa visão ou cegueira, e da importância da inclusão.

A inclusão, neste contexto, significa criar espaços, oportunidades e sistemas que atendam a pessoas com todo o tipo de capacidade visual. Significa garantir que as crianças com baixa visão têm acesso à educação através de medidas e tecnologias de apoio; que os locais de trabalho acolhem

pessoas com necessidades visuais diversificadas. Significa projetar espaços públicos que sejam seguros e acessíveis. Significa apoiar e investir em projetos que simbolizam estes conceitos. E para o sucesso destas iniciativas é um requisito que a Sociedade esteja informada sobre a sua importância e apoie a sua implementação.

A saúde oftalmológica é um componente fundamental para garantir a qualidade de vida em todas as fases da existência humana. A prevenção, o rastreio e o tratamento precoce constituem as estratégias mais eficazes para evitar complicações irreversíveis e perdas significativas da capacidade visual. No entanto, quando ocorre uma perda funcional visual que interfere nas atividades diárias, a reabilitação, a utilização de tecnologias de apoio, bem como técnicas de orientação e mobilidade, entre outras estratégias, são cruciais para preservar a autonomia e dignidade dos indivíduos. Para fomentar uma sociedade mais saudável e equitativa, é imprescindível que todos sejamos proativos tanto na prevenção quanto na inclusão das pessoas com deficiência visual.



Vasco Pinto Miranda
Médico Oftalmologista

Obrigado e boa viagem



23 agosto

Fronteira de Vilar Formoso





FUNDAÇÃO AEP

A evolução da diáspora portuguesa na Suíça

A diáspora portuguesa na Suíça é uma das maiores e mais antigas comunidades de emigrantes portugueses na Europa. Começou a ganhar força na década de 1960, quando muitos portugueses procuraram melhores oportunidades de trabalho e condições de vida fora de Portugal. A Suíça, com a sua

economia estável e necessidade de mão de obra, tornou-se um destino popular.

A migração intensificou-se após acordos bilaterais entre Portugal e a Suíça, facilitando a entrada de mão de obra portuguesa.

Em 2023, estavam registados cerca de 260.462 residentes permanentes portugueses na Suíça, representando 11,8% dos estrangeiros e 3,1% da população total suíça.

É a terceira maior comunidade estrangeira no país, atrás apenas das comunidades italiana e alemã.

A comunidade está presente em todos os 26 cantões suíços, com maior concentração em:

- Neuchatel (cantão francófono)
- Friburgo e Valais (bilingues francês/alemão)
- Graubünden (alemão/romanche)
- Também é significativa em Genebra, Vaud, Ticino e Jura.

Os portugueses na Suíça trabalham principalmente em:

- Construção civil e obras públicas
- Hotelaria e restauração
- Agricultura
- Serviços financeiros e setor farmacêutico

A Suíça é o maior emissor de remessas para Portugal, superando até a França. Em 2024, os emigrantes portugueses na Suíça enviaram 1.135,18 milhões de euros para Portugal, um aumento de 6,74% em relação a 2023.

Estas remessas são vitais para muitas famílias portuguesas e

têm um impacto direto no consumo e desenvolvimento regional.

Apesar das remessas, muitos emigrantes enfrentam custos de vida elevados na Suíça, especialmente em habitação e seguros de saúde.

Em 2023, o número de saídas superou o de novas chegadas em 678 pessoas, indicando uma estabilização ou ligeira retração da migração ativa.

O crescimento da comunidade tem sido sustentado por nascimentos e reativações de autorizações de residência.

Ainda assim, a comunidade está a envelhecer, e muitos idosos enfrentam isolamento social e dificuldades de acesso a cuidados de saúde adequados.

O regresso a Portugal nem sempre é fácil, devido a diferenças no sistema de saúde, fiscalidade e reintegração social.

Também por isso, muitos emigrantes têm investido na educação dos filhos, incentivando a continuidade dos estudos e o domínio de várias línguas. O ensino de português como língua de herança é promovido por escolas e associações, com apoio do governo português.

A comunidade tem recorrido mais a serviços de saúde pre-





ventiva e programas de bem-estar promovidos por cantões e ONG's.

Cresce o número de portugueses que abrem pequenos negócios, como cafés, restaurantes e empresas de serviços.

Muitos também procuram mobilidade interna dentro da Suíça, mudando de cantão ou setor para melhorar condições laborais.

Isso ajuda a manter a identidade cultural e facilita o regresso a Portugal, caso desejado.

A comunidade tem usado cada vez mais plataformas digitais

para se informar, organizar eventos e aceder a serviços.

Grupos em redes sociais funcionam como centros de partilha de experiências e ajuda mútua.

Em resumo, a diáspora portuguesa na Suíça é uma comunidade numerosa e diversificada, com uma longa história de contribuições para ambos os países. Mantém uma forte identidade cultural e continua a desempenhar um papel importante nas relações entre Portugal e a Suíça.



OPINIÃO DO ASSOCIADO

50 Anos de [In]dependência

São Tomé e Príncipe: 50 Anos de [In]dependência é uma exposição que assinala meio século da independência do país através das artes plásticas contemporâneas. Reunindo duas dezenas de artistas santomenses, residentes no país e na diáspora, esta mostra propõe-se como um espaço de celebração, memória e reflexão crítica sobre o percurso histórico, social e simbólico do povo santomense desde 1975. A escolha do título “[In]dependência” encerra um gesto de provocação poética. Ao mesmo tempo que evoca a conquista da soberania nacional, sugere a continuidade de desafios estruturais, dependências externas e fragilidades internas que ainda marcam o presente. A exposição parte dessa ambivalência para questionar como a arte pode traduzir, denunciar, curar ou reconstruir a experiência de ser santomense; antes e depois da independência. Dividida entre um núcleo coletivo e

uma instalação individual dedicada ao artista Osvaldo Reis, a exposição apresenta linguagens diversas (pintura, escultura, instalação, fotografia, vídeo e performance) que refletem a pluralidade estética e política da criação santomense contemporânea. Os artistas aqui reunidos não ilustram uma narrativa linear da história nacional, mas constroem uma polifonia de vozes, afetos e memórias, numa constante reinvenção da identidade. A seleção das obras enfatiza o corpo, o território, a memória, o exílio, a linguagem, o silêncio, a resistência e a ancestralidade. São trabalhos que interpelam as promessas da independência, os seus limites e os caminhos possíveis de emancipação. Há neles um gesto de escuta do passado e de imaginação do futuro — um desejo de pertença que é também crítica e reinvenção. A presença de Osvaldo Reis, em particular, traz à exposição uma dimensão

exemplar: artista autodidata, com mobilidade reduzida, a sua trajetória artística é um testemunho de superação e entrega ao fazer artístico como forma de liberdade. A sua sala individual é pensada como núcleo de introspeção e inspiração coletiva, símbolo da força criadora mesmo nas condições mais adversas. Ao longo da exposição, depoimentos dos próprios artistas, registos audiovisuais e momentos performativos ampliarão a experiência sensorial e o diálogo com o público, promovendo uma abordagem viva, participativa e afetiva da arte. “São Tomé e Príncipe: 50 Anos de [In]dependência” afirma-se assim como um território de encontro entre estética e política, celebração e crítica, memória e futuro. Mais do que responder a uma pergunta histórica, a exposição convida-nos a fazer novas perguntas sobre o que significa hoje e no futuro: ser (in)dependente, ser santomense, ser artista.



Ismaél Sequeira
Diretor Cultural da AILD



| PELA LENTE DE
**Fernando
Resendes**



DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE



A primeira fotografia que me influenciou verdadeiramente, foi no início de 1980, teria eu cerca de 18 anos, já a máquina fotográfica era minha, uma Pentax K1000, comprada com o meu trabalho. Na rua detrás de mim, a da Mãe de Deus, morava uma senhora que percebi, por passar por ela muitas vezes, que sorria para mim. Um dia levei a máquina e perguntei-lhe se lhe podia tirar uma fotografia e ela disse que sim. Não foi preciso arranjar-se, pois estava sempre em pose cuidada. Enquadrei-a num retrato e disparei uma só foto. Poderia ter ficado mal, mas não ficou, até hoje considero que é a minha foto mais marcante. E se calhar foi mesmo o momento mais marcante da minha vida fotográfica.

Obrigado Senhora!

Aprendi a fotografar como aprendi a nadar, fiz-me ao mar!

Logo o mundo à minha volta





alterou-se completamente, as histórias da vida foram observadas, no aparente silêncio de uma fotografia. A minha visão deste pequeno mundo expandiu-se e fundiu-se com a imaginação do contador de histórias, que fixa o momento e lhe dá outra vida para além daquele. Não lhe chamo vício, chamo-lhe vida! Durante todo o tempo, desde então, a minha forma de estar no mundo é fruto da mesma forma de o contar, se por um lado tenho que sair de mim para satisfazer um cliente com pensar diferente, acabo entregando um trabalho com tudo o que sou.

No tempo restante, viajo para outras paragens do olhar e conto outras histórias, as de nuvens, das rochas, do vento, do silêncio... Também e sempre trago a cultura da minha terra, os Açores. Inseparável do mar e da terra, “como pão para a boca”.

O que aqui vos mostro sou eu.



PROGRAMA REGRESSAR

Francisco Veiga Simão

Um Percurso de Descoberta, Aprendizagem e Conexão Global

Desde muito novo, o fascínio pelo mundo natural moldou o meu olhar para o desconhecido. Entre verões a procurar fósseis e minerais e campos de férias em zonas rurais, nasceu em mim uma vontade incessante de explorar, de ir além das fronteiras do habitual. Talvez por isso, aos 16 anos, apanhei o primeiro voo para Barcelona com um amigo, iniciando uma viagem de vida que me levaria por vários países, culturas e desafios.

A educação que recebi dos meus pais, assente em valores de trabalho e conquista, ensinou-me desde cedo a lutar pelos meus objetivos. Aos 16 anos, comecei a trabalhar nos verões para comprar a minha primeira (e única) mota, um símbolo de independência que ainda guardo com orgulho.

Aos 21 anos, embarquei na primeira experiência internacional ao abrigo do programa Erasmus+, mudando-me para Oviedo, Espanha, durante a minha licenciatura em Geologia na Universidade de Coimbra. Viver durante um ano com

um colega espanhol proporcionou-me não só o domínio da língua, mas também uma imersão profunda numa cultura vizinha, mas surpreendentemente diferente. O ambiente internacional da comunidade Erasmus+ despertou ainda mais a vontade de explorar o mundo.

Após o início de uma relação internacional que surgiu em Espanha, seguiram-se dois verões em Inglaterra, onde trabalhei na área da construção. Para além de consolidar o inglês, mergulhei numa cultura distinta, aprendendo a adaptar-me e a valorizar diferentes formas de pensar e viver.

O destino seguinte foi Svalbard, no Pólo Norte, onde vivi quase dois meses na cidade mais a norte do mundo, Longyearbyen. A experiência de estudar o degelo dos glaciares e sentir na pele as consequências das alterações climáticas marcou profundamente a minha visão sobre sustentabilidade. A convivência com a tundra ártica e um “quase” encontro com um urso polar trouxeram-me uma nova perspetiva sobre resi-



liência e adaptação. Depois desta experiência foquei a minha tese de mestrado na sustentabilidade de recursos através da valorização de resíduos mineiros. Após conclusão do mestrado e dar início ao estágio profissional, participei na maior escola de verão sobre inovação climática do EIT Climate-KIC, em Utrecht nos Países Baixos. Aqui, integrei uma equipa multicultural que desenvolveu uma startup dedicada à reutilização e reciclagem de resíduos eletrónicos, premiada pela inovação e impacto. Esta experiência reforçou o meu espírito empreendedor, já iniciado com a cofundação de uma startup de geoturismo em Portugal com dois colegas de curso.

A Bélgica foi o palco seguinte, graças a uma bolsa de doutoramento Marie Curie, onde aprofundei a investigação sobre valorização de resíduos mineiros em cerâmica de construção. Após três anos e meio concluí o meu doutoramento e decidi dedicar-me ao voluntariado e liderança em redes europeias de inovação (EIT Alumni), onde ampliei não só o meu conhecimento técnico, mas também a minha rede de contactos, colaborando com profissionais de mais de 30 nacionalidades e promovendo projetos de empreendedorismo e sustentabilidade para uma rede de mais de 16000 membros. Após quase nove anos de experiências internacionais, seis deles na Bélgica, retornei agora a Portugal. Atualmente, encontro-me a viver no interior do país, na aldeia que viu nascer os meus bisavós e avó paterna (Unhais-o-Velho) rodeado pela natureza

que sempre gostei desde muito novo. Neste momento, ocupo o cargo de Chief Sustainability Officer na Manteivias, S.A. onde aplico tudo o que aprendi, focando-me na investigação de materiais de construção alternativos e no desenvolvimento sustentável de uma empresa de construção civil com mais de 20 anos de história sediada na Guarda.

O regresso não é um ponto final, mas sim um novo capítulo, enriquecido por todas as aprendizagens, desafios superados e uma rede global de contactos que hoje coloco ao serviço do desenvolvimento sustentável em Portugal.

O Programa Regressar foi fundamental no meu regresso da Bélgica a Portugal, ao proporcionar um apoio administrativo e burocrático muito eficiente, facilitando o reconhecimento do meu doutoramento e a tramitação de documentos. Beneficiei ainda de financiamento direto para o transporte dos meus bens da Bélgica, tornando a mudança menos onerosa. Os benefícios fiscais também tornaram o meu regresso mais atrativo financeiramente. Destaco também o apoio na reintegração no mercado de trabalho, com orientação e divulgação de ofertas, o que acelerou a minha adaptação profissional em Portugal após mais de 6 anos a residir na Bélgica.

Por último, quero agradecer a toda a equipa do Programa Regressar que fez com que este processo de regresso a Portugal fosse muito mais simples e fluído, prestando sempre um apoio fundamental em cada etapa da minha transição.

Programa Regressar



Francisco Veiga Simão
Geocientista



| VIAGEM LUSITANA

Poetas de Portugal

Luís Vaz de Camões, Manuel Maria Barbosa

Poesia é Cantar sem Música – Letras, Palavras e Frases com Rimas e Pontuação escrevem uma Musical e Rítmica Partitura como um Fado da Vida do triste Réquiem à eufórica Glória.

Na Vida existem Quadros e Expressões, que contam reais Histórias, que influenciaram e influenciam – para sempre – o Ser do Mundo. A significativa Influência nem sempre se revela de imediato, somente quando formam uma “Estranha” Aliança.

Alexandre O’Neill sublinhou:

“... um Poeta não é para sobreviver em Pedra ...”.

O Objetivo não é para ser esquecido no meio de uma Praça, de uma Rotunda etc. A ambição é ser lido e analisado, a fim de oferecer às futuras Gerações o seu Saber do Mundo, em que viveu ou vive. Escrever de forma transcendente, perdido na Mente e “fechar-se” do Mundo é perder a Chance de oferecer

à Humanidade novas Perspetivas da Vida. Meta, que requer atenção. O Quadro

“O Pobre Poeta” de Carl Spitzweg –

que possivelmente pertence à Galeria dos mais conhecidos no Mundo, revela as dificuldades da Literatura ao procurar conseguir superar os obstáculos do Desconhecimento, a fim de chegar ao Sucesso. O escolhido Caminho nem sempre é fácil. No presente caso a citada Expressão e o mencionado Quadro descrevem quase ao pormenor as apresentadas Vidas. Ambos foram “Pobres Poetas”. Referente a Camões a inscrição no Túmulo descreve a Estranha Vida de quem viveu o Amargura de Lágrimas de Ausência de Re-

conhecimento em Vida e ofereceu ao Mundo uma Preciosa Gargantilha feita de Pérolas de Glória:

“Aqui jaz Luís de Camões, Príncipe dos Poetas do seu tempo. Viveu pobre e miseravelmente e assim morreu”

Porém – o seu Saber não ficou estagnado em Pedra, mas sim construíram “Novas Estradas” no Mundo da Literatura.

Biografias mais tristes do que Representantes da Alegria. Conheceram Inquisição, Prisão, Terras Longínquas, Guerras, Amores Perdidos e Pobreza. Entre Reconhecimento e Desespero viveram Vidas, que enfrentaram mais Espinhos do que Rosas. Escreveram em Tempos que não conheciam a Liberdade de Expressão. Todos os escolhidos Temas temiam a Censura, que apresentava o Poder para elogiar ou destruir uma designada Personalidade. Os conteúdos englobam áreas do Heroísmo à Crítica Social, do Amor à Morte, da História ao Destino, da Cultura à Crítica e da Realidade à Sátira. Suas Obras revelam a Sabedoria da Vida, assim como a Rebeldia da Individualidade e Liberdade. Ambos centralizam o País e a Humanidade no contexto dos elaborados Textos. Acontece que, por intermédio da Literária Grandeza Camões realça com Estilo formal a sua Obra Épica “Os Lusíadas”, enquanto Bocage se dedicava mais a uma Visão Terrestre. Porém, com o seu Quadro-Portrait também pertence à Galeria Mundial dos Poetas.

Fados, que apresentam um Caleidoscópio de Facetas. Apesar da Amargura de significantes “Estações da Vida” deixaram um excecional Legado às Terras Lusitanas. Biografias e Obras integram duas Visões, que até ao presente não perderam o Valor de Atualidade: Do Clássico ao Moderno, do Passado ao Presente, não desistiram do Divino Talento e construíram no Fundamento do Passado um Novo Mundo Literário.

“Os Lusíadas” consolidaram a Língua Portuguesa, atendendo que outrora o Latim é que era o Idioma da Cultura. As Línguas Maternas precisaram de conhecer Históricos Momentos para realizarem a Transformação do Dialeto na direção da Língua Nacional.

Por exemplo: Martinho Lutero, com a Tradução da Bíblia do Latim para o Alemão, contribuiu em Terras Germânicas para a Evolução Linguística. Ao mesmo Tempo na Esfera Mundial a Epopeia Portuguesa simboliza uma Obra de elevado Valor para a Génese da Identidade Lusófona, que no Mundo deixou erudita Beleza e Riqueza.

Literárias-Poéticas Pegadas ilustres como “Eneida” de Virgílio (Roma), assim como “Ilíada” e “Odisseia” de Homero (Grécia Antiga). Palavras, que cantam sem Música.

Camões e Bocage – a Humilde Grandeza dos desenhados Poetas criou com a Coragem uma Aliança entre Tristeza e Esperança, que acreditou no Divino Talento. Deixaram à Descendência do Povo Lusitano um inédito Legado (Independente, que durante o Tempo Escolar serem nos Exames o Pesadelo dos Alunos.):

Histórica Literatura e Heroica Fé. Somente quem não desiste, mesmo quando vê, que a única Luz a iluminar o Caminho não brilha mais que uma pequena Vela, é que descobre, se consegue conquistar a Meta da Vida. Lutaram e perderam em Vida, mas por fim sobreviveram para toda e Eternidade.

O que está escrito no Livro de Deus não é revelado à Humanidade – porém, se os “Pobres Poetas” tivessem recuado perante as Contrariedades da Vida, talvez o Mundo da Literatura, da Música, da Pintura, da História, não apresentava a Beleza da Poesia a cantar com Música e as “Preciosas Pedras” não resistiam ao Mar do Tempo. Recordar é viver. Boa Viagem.



Isalita Pereira
Historiadora
Poeta



| FALAR PORTUGUÊS

As regras de português nascem nos livros?

Estas peças fundamentais da língua sofrem um grande desbaste sonoro – mudam muito! Mas, no seu uso gramatical, mantêm aspectos já perdidos noutras classes de palavras. Por exemplo, se no latim cada nome mudava de acordo com o caso, ou seja, com a função sintáctica (a velhinha «rosa, rosae», etc.), em português mudam apenas entre o singular e o plural e o masculino e feminino (e ainda no grau, mas já só em situações muito particulares, como

veremos). No entanto, os pronomes, que são uma classe fechada fundamental para o funcionamento da língua, embora sejam hoje muito diferentes dos pronomes latinos e, aliás, dos pronomes das outras línguas latinas (a sua forma sofreu um grande desbaste ao longo dos séculos), mantêm ainda os tais casos que perdemos no resto da gramática. O pronome da primeira pessoa tem o caso nominal («eu»), acusativo («me»), dativo («mim»).

A nossa gramática é mais sintética nos pronomes e mais analítica nos nomes... Nestes últimos, o português perdeu os casos, mas não a marca do plural ou do género. Podia não ser assim. No cabo-verdiano, esta tendência para a análise deu mais um passo: o número é indicado apenas no artigo e não no nome. Já o japonês indica o plural através de outras palavras, e não no próprio nome. Quanto ao género, há línguas onde este não existe ou existe apenas como vestígio, um pouco à semelhança dos casos, que ainda sobrevivem, mas apenas nos pronomes (como exemplo de língua onde o género resiste apenas nalguns casos particulares temos o inglês). Se repararmos nos adjectivos, vemos esta variedade entre análise e síntese na diferença entre a forma analítica e sintética de cada adjectivo no grau aumentativo: «muito forte» / «fortíssimo»

Entre a forma e a ordem das palavras que usamos, temos, assim sendo, uma série de regras – agora, a palavra «regra» pode ser enganadora. Aliás, é tão enganadora que muitas das discussões sobre a língua e sobre o que é erro e não é radicam numa incompreensão do que significa «regra de português».

A ideia que perpassa em muitos debates é a de que as regras de português nascem dos livros, pensadas e repensadas por quem percebe disto... Os falantes limitam-se a tentar reproduzi-las o melhor possível – mas, quase sempre, falham. Esta ideia nem sempre aparece assim, preto no branco, mas é o que se percebe de muitas declarações bombásticas sobre a língua.

O mito do nascimento livresco das regras está relacionado com outra ideia muito em voga: a de que a gramática decorre directa e obviamente da lógica... Sim, é verdade: a gramática permite expressar um pensamento mais ou menos lógico – e conhecê-la, da maneira como de facto funciona, ajuda a sermos claros e lógicos quando queremos ser claros e lógicos. Mas a gramática não nasce da lógica – e nem sequer é muito lógica, no sentido de eficiente. É um mecanismo complexo, muito mais complexo do que estritamente necessário, uma máquina que foi sendo construída através da junção de mais peças, da avaria de outras, sendo que ninguém sabe muito bem como tudo funciona lá por dentro. Se a gramática das línguas decorresse da lógica, tenderia a ser igual em todas as línguas. Ora, isso não acontece. Se somarmos a isto o facto conhecido de que não há línguas mais lógicas do que outras, percebemos que a gramática permite expressar o pensamento lógico, mas não funciona de forma estritamente lógica.

O certo é que funciona... E se uma peça cai, logo outra (ou outras) aparece – por exemplo, o sistema de casos do latim caiu, mas os falantes, porque precisavam ou lhes apeteceu, juntaram preposições e outras peças. No caso dos pronomes, as peças ficaram agarradas, como restos do que estava ali e já não está – a gramática é qualquer coisa de extraordinário, uma floresta feita de árvores antigas, outras mais recentes, tudo bem misturado e intrincado, de uma beleza brava que não se dá muito bem com jardinagens.



Marco Neves
Universidade Nova de Lisboa

FISCAL

Reforçar o Capital Próprio com Vantagem Fiscal

Num ambiente económico marcado por taxas de juro elevadas, pela retração do crédito bancário e por um crescente aperto na liquidez das empresas, torna-se imperativo repensar as estratégias de financiamento. As empresas portuguesas, em particular as PME, enfrentam crescentes desafios na captação de recursos e na preservação da sua sustentabilidade financeira. Neste contexto, ganha relevância uma medida fiscal relativamente recentemente introduzida que recompensa o esforço de capitalização por via própria: a Dedução por Incentivo à Capitalização das Empresas (DLR), em vigor desde o exercício de 2023.

Este regime surge como um estímulo ao reforço dos capitais próprios, permitindo às sociedades comerciais deduzir à sua matéria coletável em sede de IRC uma percentagem significativa dos aumentos de capital realizados por entradas em dinheiro ou pela afetação de lucros não distribuídos.

Em termos concretos, a dedução corresponde a 4,5% do montante do aumento de capital realizado, aplicável durante um período de 10 exercícios consecutivos. No caso de micro, pequenas e médias empresas, bem como

de entidades classificadas como *small mid caps*, a taxa sobe para 5%, tornando o benefício ainda mais expressivo. A dedução está, contudo, sujeita a um limite anual de dois milhões de euros por sujeito passivo.

Para que a dedução seja válida, é essencial que o reforço de capital provenha exclusivamente de meios próprios dos sócios ou acionistas — seja através de novas entradas em numerário, seja pela afetação de lucros acumulados e não distribuídos.

O enquadramento legal estabelece também um conjunto de condições a cumprir: a sociedade deve ser residente em território português, estar sujeita a IRC e dispor de contabilidade organizada; deve ainda ter a sua situação fiscal e contributiva regularizada e não se encontrar em estado de insolvência, liquidação ou sujeita a processo especial de revitalização. Por fim, o montante do aumento de capital deve ser mantido por um período mínimo de 10 anos, garantindo a estabilidade do reforço patrimonial.

A aplicabilidade prática deste incentivo é particularmente relevante para empresas com resultados positivos recorrentes, propensas ao reinvesti-

mento dos seus lucros, e que procuram consolidar a sua estrutura de capitais. Um aumento de capital de €10.000, por exemplo, pode originar uma dedução acumulada de €4.500 ao longo de uma década, ou de €5.000 no caso de uma PME, o que se traduz, a taxas normais de IRC, numa poupança fiscal líquida que pode atingir os €945.

Mas mais do que o impacto fiscal direto, este mecanismo representa uma oportunidade estratégica para melhorar os rácios de solvência, reduzir a dependência de financiamento externo, aumentar a credibilidade junto de parceiros financeiros e, em muitos casos, facilitar a entrada de novos investidores ou a reorganização da estrutura societária. A substituição de dívida por capital, por exemplo, pode beneficiar deste enquadramento, desde que o aumento de capital seja devidamente formalizado e suportado por entradas efetivas.

É importante, no entanto, destacar que o aproveitamento desta medida exige rigor e planeamento. A dedução poderá ser desconsiderada se não forem cumpridos todos os requisitos legais e formais — desde o correto registo do aumento de capital até à sua adequada comunicação à Autoridade Tributária.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Pronto para tornar sua marca inesquecível?
A Amostra de Letras tem experiência e criatividade para ajudar a sua marca a causar um impacto duradouro. Deixe-nos ajudá-lo a expandir os seus negócios e a posicionar-se no mercado.

Entre em contacto para discutir o potencial da sua marca.
info@amostradeletras.pt

amostra
deletras.pt

Want to live in Portugal?



Get the number one agency

We take care of everything from day one. All the pre departure arrangements, visas, documentations, bank accounts, transportation, health services or schools. All you need to live in Portugal

Ei![®]
Assessoria
Migratória

eimigrante.pt